



**Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba**  
Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

## **MINUTA - CPL**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026**

#### **CONTRATANTE (UASG):**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA (070009)**

#### **OBJETO:**

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos automotores, utilizando o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços - SRP.

#### **VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:**

R\$ 335.545,88 (Trezentos e trinta e cinco mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e oitenta e oito centavos)

#### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**

Dia 20/02/2026, às 09h00 (horário de Brasília)

#### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARAS:**

Não

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM:**

Não

**SUMÁRIO**

- 1. DO OBJETO**
- 2. DO REGISTRO DE PREÇOS**
- 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**
- 4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**
- 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
- 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 8. DA FASE DE JULGAMENTO**
- 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**
- 10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**
- 12. DOS RECURSOS**

**13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES****14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO****15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA****16. DO TERMO DE CONTRATO****17. DA FISCALIZAÇÃO, DA GESTÃO DA ARP E DO CONTRATO, DA ENTREGA DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO****18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS****TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026**

(Processo SEI n.º 0003034-42.2025.6.15.8000)

Torna-se público que o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**, sediado na Avenida Princesa Isabel, nº 201, Tambiá, João Pessoa, Paraíba, CEP 58020-528, por meio do Agente de Contratação designado pela Portaria n.º 139/2023, publicada em 09/05/2023, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (LOCADORA) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS**, de acordo com a tabelas abaixo e conforme as condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Grupo G1 - Sedan e Utilitário				
Item	Especificação	Catser	Unidade de Medida	Quantidade a ser registrada pelo TRE/PB
01	Veículo Sedan (cor preta)	4014	Unidade	6
02	Veículos utilitários Tipo camioneta cabine dupla 05 passageiros (cor branca)	4014	Unidade	8
03	Locação de veículos Sedan (cor Preta) por diárias	4014	Diária	50
04	Locação Veículos utilitários Tipo camioneta cabine dupla 05 passageiros (cor branca) por diárias	4014	Diária	50

Grupo G2 - Carga				
Item	Especificação	Catser	Unidade de Medida	Quantidade a ser registrada pelo TRE/PB
05	Veículo Caminhão Baú	4014	Unidade	4
06	Locação de Caminhão Baú por diárias	4014	Diária	60

## 1.2. ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DO OBJETO - GRUPO G1 - ITENS 1 e 3:

1.2.1. Veículo Sedan, 3 volumes.

### **Especificações:**

1.2.2. Para o item 01, veículos 0 km de ano e modelo de fabricação igual ou posterior à data do pedido de fornecimento e em pleno processo de fabricação;

1.2.3. Para o item 03, (veículos de locação diária, será admitido com no máximo 03 anos de fabricação;

1.2.4. Cor preta (utilização padrão dos veículos de representação deste TRE/PB);

1.2.5. Motor com potência mínima de 150 (cento e cinquenta) CV com, no mínimo 19 mkgf de Torque; mínimo de 16 válvulas e Alimentação bicomustível (Álcool e Gasolina) nos termos da Lei nº 9.660, de 1998;

1.2.6. Transmissão: automática (hidráulica) ou CVT (Continuous Variable Transmission) ou Dupla Embreagem (automático de dupla embreagem).

1.2.7. Direção assistida (hidráulica ou elétrica) com volante com regulagem de altura e profundidade;

1.2.8. Sistema de freio a disco nas 4 rodas com ABS (Anti-lock Braking System) e EBD (Eletronic Brake Force Distribution);

1.2.9. Distância entre eixos mínima de 2.700mm, proporcionando maior espaço interno, com comprimento total mínimo de 4.600mm e largura mínima de 1.750mm;

1.2.10 Capacidade para 5 pessoas (incluindo o motorista) com 4 (quatro) portas laterais e 1 (uma) porta para acesso ao porta-malas;

1.2.11. Tanque de combustível com capacidade mínima de 55 litros;

1.2.12. Porta Malas com capacidade mínima de 470 litros (para melhor acomodação das malas de todos os ocupantes);

1.2.13. Revestimento dos vidros com película permitida pela legislação de trânsito;

1.2.14. Mínimo de 04 airbags (sendo frontais, laterais, traseiros ou de cortina) com barras laterais de proteção contra impactos;

1.2.15. Ar-condicionado integrado de fábrica, sendo este, devido ao clima local, item de extrema necessidade;

1.2.16. Sistema de alarme ou dispositivo antifurto com acionamento remoto;

1.2.17. Sistema de som multimídia, antena e, no mínimo, 4 (quatro) alto-falantes;

1.2.18. Vidros com acionamento elétrico nas 4 (quatro) portas com fechamento por telecomando na chave do veículo;

1.2.19. Encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros com regulagem de altura para todos os ocupantes;

1.2.20. Espelhos retrovisores externos com acionamento interno elétrico;

- 1.2.21. Rodas de liga leve originais de fábrica e de linha de montagem sem adaptações, conforme Lei Nº 9.503/1997 e CBT; Estepe original de fábrica e de linha de montagem, sem adaptações;
- 1.2.22. Jogo de tapetes emborrachados;
- 1.2.23. Para-brisas que atenda aos termos do art. 2º da Resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares, Película térmica no para-brisa e nos vidros laterais e traseiro, com transparência mínima prevista em lei, atendendo aos termos do art. 20 da Resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares (Transparência mínima de: 75% no para-brisas, 70% nos vidros laterais dianteiros e 28% nos vidros laterais traseiros e 28% no vidro traseiro);
- 1.2.24. Garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses a contar do recebimento definitivo do veículo independente da quilometragem;
- 1.2.25. Possuir emissão de poluentes que atenda às exigências da Tabela de Eficiência Energética do INMETRO, Possuir eficiência energética e consumo de combustível que atendam ao Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE), do INMETRO; Equipado com os demais itens de série e acessórios de segurança exigidos por lei.
- 1.2.26. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.
- 1.2.27. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, complementações e alterações Supervenientes.

### 1.3. **ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DO OBJETO - GRUPO G1 - ITENS 2 e 4:**

- 1.3.1. Automóveis Tipo Utilitário para Transporte de Pessoas e Cargas.

#### **Especificações:**

- 1.3.2. Motor biodiesel
- 1.3.3. Capacidade mínima para 05 (cinco) pessoas;
- 1.3.4. Sistema de ar-condicionado integrado de fábrica, sendo este, devido ao clima local, item de extrema necessidade;
- 1.3.5. Direção hidráulica, eletro-hidráulica ou elétrica;
- 1.3.6. Pintura na cor branca, com opção alternativa na cor preta, que será definida pela Administração;
- 1.3.7. Sistema de injeção eletrônica;
- 1.3.8. Freios hidráulicos a pedal, dianteiro a disco ventilado, traseiro a tambor com sapata, no mínimo;
- 1.3.9. Capacidade de carga mínima de 1.000 kg para melhor adequar transporte de bagagens e equipamentos necessários para atender as unidades da Justiça Eleitoral;

- 1.3.10. Transmissão manual/automática;
- 1.3.11. Pneus rodas: mínimo 245/70, R16;
- 1.3.12. Central multimídia;
- 1.3.13. Portas: no mínimo 04 (quatro) portas, contendo no mínimo 01 (uma) traseira para o compartimento de carga;
- 1.3.14. Protetor de Câter e Tapetes de borracha de salão;
- 1.3.15. Ano de fabricação com no máximo 04 anos;
- 1.3.16. Revestimento dos vidros com película e acionamento elétrico nas 4 (quatro) portas;
- 1.3.17. Capota marítima;
- 1.3.18. Santo Antônio;
- 1.3.19. Todos os equipamentos de segurança exigidos por lei, tais como: triângulo de sinalização, chave de roda, cintos de segurança para todos os passageiros e pneu de suporte;
- 1.3.20. Manutenção, seguro, emplacamento e sistema de rastreamento por conta da locadora;
- 1.3.21. O modelo deve estar em plena linha de fabricação;
- 1.3.22. Assistência técnica em todo território nacional;
- 1.3.23. O veículo deverá estar de acordo com as normas do PROCONVE - Programa de Controle de Poluição de Ar por Veículos Automotores, Resolução 415/2009 do CONAMA;

#### 1.4. **ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DO OBJETO GRUPO G2 ITENS 5 e 6:**

- 1.4.1. Veículo Caminhão Baú.

##### **Especificações:**

- 1.4.2. Capacidade de carga: Até 6 toneladas.
- 1.4.3. Peso bruto total (PBT): 16 toneladas.
- 1.4.4. Eixos: Dois eixos, um frontal e um traseiro.
- 1.4.5. Comprimento: 14 metros.
- 1.4.6. Baú entre 6 e 8 metros de comprimento, largura mínima de 2,5 m e altura em torno de 2,5 a 2,80 metros.
- 1.4.7. Ano de fabricação com no máximo 06 anos.
- 1.4.8. Sistema de ar-condicionado integrado de fábrica, sendo este, devido ao clima local, item de extrema necessidade;
- 1.4.9. Direção hidráulica, eletro-hidráulica ou elétrica;

1.4.10. Sistema de injeção eletrônica;

1.4.11. Revestimento dos vidros com película e acionamento elétrico nas 2 (duas) portas;

1.4.12. Todos os equipamentos de segurança exigidos por lei, tais como: triângulo de sinalização, chave de roda, cintos de segurança para todos os passageiros e pneu de suporte;

1.4.13. Manutenção, seguro, emplacamento e sistema de rastreamento por conta da locadora;

1.5. A licitação será realizada **POR GRUPO**, conforme tabelas constantes no item **1.1** deste edital e no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.6. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO** e o regime de execução do objeto será o de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços, **Anexo IV** deste Edital.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico quaisquer interessados que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.



### **3.6. Não poderão disputar esta licitação:**

- 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.6.3. sociedades cooperativas;
- 3.6.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.6.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.6.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.6.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição (conforme jurisprudência do TCU, acórdão n.º 2.898/2012 – Plenário, a vedação à participação de consórcio nesta licitação prende-se ao fato de que esta não envolve questões de alta complexidade e de relevante vulto, em que as empresas, isoladamente, não tenham condições de suprir os requisitos de habilitação do edital;
- 3.6.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.6.13. empresas em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, salvo se apresentar a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, ou decisão judicial que a desobrigue da apresentação da certidão negativa, ou, ainda, comprove a capacidade econômico-financeira da empresa (conforme jurisprudência do STJ no Resp. n.º 1173735/RN.T4 e no AgRg na MC n.º 23.499/RS.T2, do TCU no Acórdão n.º 8.271/2011 – 2.ª Câmara e da AGU no Parecer 4/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, exarado no Processo n.º 00407.000226/2015-22);

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item **3.6.7.** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **3.6.5.** e **3.6.6.** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens **3.6.5.** e **3.6.6.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item **3.7.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5 O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei; constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens **5.3.** ou **5.6.** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, **sendo vedado:**

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **5.12.** possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, **no sistema eletrônico**, dos seguintes campos:

### 6.1.1. VALOR UNITÁRIO E TOTAL DO ITEM E TOTAL DO GRUPO;

6.1.1.1. Não serão permitidas ofertas parciais, em relação aos quantitativos totais fixados para os ITENS e para o GRUPO;

6.1.1.2. Caso o valor total e/ou os valores unitários decorrentes do preço total proposto contenham mais de duas casas após a vírgula, as casas decimais excedentes serão desconsideradas pelo(a) pregoeiro(a), ainda que seja reduzido o preço total do Item, sendo esta alteração considerada uma negociação.

6.1.2. Descrição do objeto, inclusive marca e modelo (se for o caso), contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, Anexo I do Edital;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo constante na proposta de preços do produto, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.8.2. Caso a adjudicação não possa ocorrer dentro do período de validade da proposta, por motivo de força maior, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba poderá solicitar a prorrogação da validade por, no máximo, igual período.

6.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. Os lances deverão ser ofertados pelo **VALOR TOTAL DO GRUPO**.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **0,01 (um centavo de real)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.10.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.10.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o "**MODO DE DISPUTA ABERTO**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os

valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.18.6. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Resolução CNJ nº 497, de 2023;

7.19.3.1 Para fins do disposto no item **7.19.3**, serão consideradas ações de equidade, respeitada a seguinte ordem:

a) medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;

b) ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;



- c) igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;
- d) práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;
- e) programas destinados à equidade de gênero e de raça; e
- f) ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

7.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.20.2. empresas brasileiras;

7.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate estabelecidos nos itens **7.19 e 7.20**, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo, consoante disciplina o art. 28, parágrafo 2º, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo estabelecido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.**

7.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos constantes no **item 8.8** como critério de aceitabilidade.

7.22.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de até 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, **nos termos do Anexo II do Edital**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

7.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo;

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta;

7.24. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de desclassificação, **DECLARAÇÃO** de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **3.6** do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Atendidas as condições de participação do licitante, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:**

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou excessivos (permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação);

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

8.8. Considera-se preço excessivo, para fins de desclassificação, aquele que superar o valor orçado pelo TRE/PB, conforme tabelas abaixo:

Grupo G1 (TRE/PB) - Sedan e Utilitário						
Item	Qtde TRE/PB	Unidade de Medida	Especificação	Valor unitário máximo do item (R\$)	Valor total máximo do item (R\$)	Valor total máximo do Grupo G1 (R\$)
01	06	Und/mês	Veículo Sedan (cor preta)	5.733,74	34.402,44	196.672,44
02	08	Und/mês	Veículos utilitários Tipo camioneta cabine dupla 05 passageiros (cor branca)	8.800,75	70.406,00	
03	50	Diária	Locação de veículos Sedan (cor Preta) por diárias	524,13	26.206,50	
04	50	Diária	Locação Veículos utilitários Tipo camioneta cabine dupla 05 passageiros (cor branca) por diárias	1.313,15	65.657,50	

Grupo G2 (TRE/PB) - Carga						
Item	Qtde TRE/PB	Unidade de Medida	Especificação	Valor unitário máximo do item (R\$)	Valor total máximo do item (R\$)	Valor total máximo do Grupo G2 (R\$)
05	04	Und/mês	Veículo Caminhão Baú	12.808,31	51.233,24	138.873,44
06	60	Diária	Locação de Caminhão Baú por diárias	1.460,67	87.640,20	

8.9. Considera-se **preço manifestamente inexequível**, para fins de desclassificação, aquele que o licitante não comprove a sua viabilidade, quando contestada;

8.9.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;

8.9.2. A inexequibilidade só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.9.2.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 – A habilitação do licitante, nos termos da Lei nº 14.133/2021, será verificada mediante:

a) **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a.1) Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ);

a.2) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

b) **REGULARIDADE FISCAL E SOCIAL:**

b.1) consulta " ao **SICAF**, constatando-se a sua regularidade perante a Fazenda Nacional (Certidão de Regularidade de Tributos Federais), Fazenda Estadual (Certidão de Regularidade), Fazenda Municipal (Certidão de Regularidade),

Seguridade Social (Certidão de Regularidade – CND) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certidão de Regularidade – CRF).

**c) REGULARIDADE TRABALHISTA:**

c.1) apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa válida (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, podendo-se fazer consulta “**on line**” ao sítio do **TST**.

**d) QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL:**

d.1) apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que faça explícita menção à LICITANTE como executora, comprovando a sua aptidão na execução da prestação dos serviços de locação de veículos, por um período não inferior a 12 (doze) meses, sendo:

d.1.1) O(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) deve(m) comprovar a prestação dos serviços de locação de veículos em um quantitativo de no mínimo 07 (sete) unidades, com desempenho satisfatório, para concorrer ao Grupo 1;

d.1.2) O(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) deve(m) comprovar a prestação dos serviços de locação de veículos em um quantitativo de no mínimo 02 (dois) unidades, com desempenho satisfatório, para concorrer ao Grupo 2.

d.2) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 06 (seis) meses do início de sua execução;

d.3) Para a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade dos 12 (doze) meses serem ininterruptos;

d.4) Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, conforme item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017;

d.5) A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços;

d.6) Os documentos apresentados poderão ser objeto de diligência por parte do pregoeiro ou da equipe técnica, com vistas a dirimir as dúvidas em relação ao tipo de serviço prestado.

**e) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

e.1) Apresentação da certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, a menos de **90 (noventa) dias** da data prevista para abertura da licitação;

f) **DECLARAÇÃO** de cumprimento do disposto no **art. 3.º da Resolução do CNJ n.º 07, de 18 de outubro de 2005**, com a redação dada pela Resolução n.º 09/2005<sup>1</sup>, e conforme o entendimento daquele Conselho exposto na alínea “a” do Enunciado Administrativo nº 01<sup>2</sup>, podendo ser utilizado o modelo em anexo;

g) **DECLARAÇÃO** de cumprimento ao disposto no **artigo 4.º da Resolução do CNJ n.º 156 de 08 de agosto de 2012**, podendo ser utilizado o modelo em anexo;

9.1.1. **A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.**

9.1.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outros meios hábeis, inclusive eletrônico.

9.1.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.1.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.1.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **DECLARAÇÃO** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.1.6. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.1.6.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.1.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

9.1.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.1.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**9.1.8.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.**

9.1.9. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.1.9.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.1.10. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o subitem **9.1.8.1.**, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de

informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, para:

9.1.10.1. aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.1.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.1.10.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.1.10.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.1.11. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.1.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.1.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem **9.1.8.1.**

9.1.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.1.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## 10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

10.8.1. Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, serão restabelecidos os quantitativos inicialmente registrados, cujos valores poderão ser reajustados mediante a aplicação do índice previsto no Termo de Referência/Minuta da ARP.

10.9 - A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório.

## **11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou



11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observado o valor estimado, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.1.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **30 (trinta) minutos**.

12.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo administrativo que originou o presente edital (**SEI nº 0003034-42.2025.6.15.8000**) estão com vista franqueada aos interessados, na Comissão Permanente de Licitação, localizada no 3º andar do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, podendo, ainda, o inteiro teor dos autos ser disponibilizado, de forma eletrônica, mediante solicitação endereçada ao e-mail [cpl@tre-pb.jus.br](mailto:cpl@tre-pb.jus.br).

### 13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021 e da Portaria nº 301/2023 - TRE-PB/PTRE/ASPRE](#), o licitante ou o contratado que:

- 13.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 13.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 13.1.5. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 13.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 13.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- 13.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

**13.2.** O licitante ou o contratado que incorrer em infração administrativa prevista no item **13.1**, apurada em regular processo administrativo, com garantia de contraditório e ampla defesa, sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- 13.2.1. advertência;
- 13.2.2. multa;
- 13.2.3. impedimento de licitar e contratar;
- 13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. A aplicação das sanções previstas no item **13.2** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.4. A sanção de advertência será aplicável na hipótese de inexecução parcial do contrato que não implique em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como na hipótese de descumprimento de pequena relevância praticado pelo contratado e que não justifique imposição de penalidade mais grave.

13.5. A multa será aplicada, isolada ou cumulativamente com outras penalidades previstas no item **13.2.**, ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item **13.1.**

13.5.1. A multa será calculada na forma prevista no Contrato, **Anexo V** deste edital.

13.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será obtida observando-se a seguinte ordem:

13.5.2.1. utilização da garantia eventualmente prestada;

13.5.2.2. compensação dos créditos de outros contratos firmados pelo contratado com este Regional, na forma do termo de referência, do edital ou do contrato;

13.5.2.3. por via judicial.

13.5.3. O atraso injustificado na execução do pactuado sujeitará o contratado a multa de mora diária, conforme previsto no Contrato, **Anexo V** deste edital.

13.5.4. A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções dispostas no item **13.2.**

13.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no item **13.2.** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens **13.1.2., 13.1.3., 13.1.4., 13.1.5., 13.1.6. e 13.1.7.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens **13.1.8., 13.1.12., 13.1.10., 13.1.11. e 13.1.12.**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **13.1.2., 13.1.3., 13.1.4., 13.1.5., 13.1.6. e 13.1.7.** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item **13.6.**, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.8. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a condução de processo de responsabilização por Comissão Permanente de Responsabilização de Licitantes e Contratados - CPRLC.

13.9. Na aplicação das sanções, a autoridade competente considerará:

13.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.9.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos nesta última Lei.

13.11. Da aplicação das sanções previstas nos itens **13.2.1, 13.2.2. e 13.2.3.** caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

13.11.1. O recurso de que trata o item **13.11.** será dirigido à Diretoria-Geral, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à Presidência, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

13.12. Da aplicação da sanção prevista no item **13.2.4** caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## 14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail **cpl@tre-pb.jus.br**.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 – As eventuais despesas decorrentes da contratação objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba para o exercício de 2026, Programa de Trabalho Resumido - PTRES 167648, Elemento de Despesa 339039, Plano Interno ADM APOIO.

15.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 16. DO TERMO DE CONTRATO

16.1 – Homologado o julgamento, o licitante vencedor será convocado para assinar o Contrato, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, salvo motivo justificado e devidamente aceito pela Administração, podendo solicitar a prorrogação do prazo, uma única vez, e por igual período, conforme art. 90, §1º, da Lei n.º 14.133/21, sob pena das sanções legais previstas neste edital.

16.1.1. Por ocasião da assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – **Cadin** e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

16.1.1.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

16.1.2 – Se o vencedor não apresentar situação regular no ato de assinatura do contrato ou se recusar a assiná-lo, injustificadamente, a ele serão aplicadas às sanções cabíveis e será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, podendo ainda haver negociação direta para obtenção de melhor preço, nos termos do art. 90, §§2º e 4º, da Lei n.º 14.133/21;

16.2 – O Contrato observará a minuta que constitui o **Anexo V** do presente Edital e terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei n.º 14.133/21 e ainda pela Lei n.º 8.078/90.

16.2.1 – Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para o julgamento deste pregão, bem como as condições estabelecidas neste edital, independentemente de transcrição.

16.3– Para efeito do disposto nos incisos III, IV e XI do caput do art. 4.º da IN RFB n.º 1.234/2012, o licitante vencedor deverá, no ato da assinatura do contrato, apresentar à Administração, declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da citada Instrução Normativa, conforme o caso, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal.

16.3.1 – A Administração anexará a 1ª (primeira) via da declaração de que trata o item **16.3** ao processo ou à documentação que deu origem ao pagamento, para fins de comprovação à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), devendo a 2ª (segunda) via ser devolvida ao interessado como recibo.

16.3.2 – No caso de pagamento decorrente de contratos de prestação de serviços continuados, a declaração a que se refere o item **16.3** deverá ser anexada ao processo ou à documentação que deu origem ao 1º (primeiro) pagamento do contrato, sem prejuízo de o declarante informar, imediatamente, à Administração, qualquer alteração na situação declarada nos Anexos de que trata o item **16.3**.

16.3.3 – A declaração de que trata o item **16.3** poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

## **17. DA FISCALIZAÇÃO, DA GESTÃO DA ARP E DO CONTRATO, DA ENTREGA DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

17.1 Conforme constam no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

## **18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia, do formalismo moderado e do interesse público.

**18.9. As empresas contratadas para prestação de serviços com acesso à informações restritas ou sigilosas do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba deverão celebrar, no ato da assinatura do contrato, termo de responsabilidade e confidencialidade das informações, conforme anexo deste Edital;**

18.9.1 Os(as) profissionais empregados pelas contratadas referidas no item **18.9** que, na prestação dos serviços, tiverem acesso à informações restritas ou sigilosas do tribunal regional eleitoral da paraíba deverão assinar declaração de ciência do **Termo de Responsabilidade e Confidencialidade das Informações**, conforme anexo deste Edital, comprometendo-se a cumpri-lo.

**18.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**

18.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://www.tre-pb.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-de-contratacoes/licitacoes/licitacoes>.

18.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos e apêndices:

18.12.1. ANEXO I - Termo de Referência - TR (2291212);

18.12.2 ANEXO II - Das Especificações e dos Quantitativos;

18.12.3. ANEXO III - Estudo Técnico Preliminar (2291211);

18.12.4. ANEXO IV - Minuta da Ata de Registro de Preços (2203192);

18.12.5. ANEXO V - Minuta do Contrato (2297307);

18.12.6. ANEXO VI – Modelo de declaração de cumprimento do disposto no art. 3.º da Resolução n.º 07 do CNJ;

18.12.7. ANEXO VII – Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no artigo 4.º da Resolução n.º 156/2012 do CNJ;

18.12.8. ANEXO VIII - Modelo de Termo de Responsabilidade e Confidencialidade das Informações do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba - Contratações;

18.12.9. ANEXO IX- Modelo de Declaração de Ciência do Termo de Responsabilidade e Confidencialidade das Informações do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

João Pessoa, 30 de janeiro de 2026.

**ANDREZA ALVES GOMES**  
**PREGOEIRO(A)**



Documento assinado eletronicamente por ANDREZA ALVES GOMES em 30/01/2026, às 11:00, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=2297665&crc=6D1F4B71](https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2297665&crc=6D1F4B71), informando, caso não preenchido, o código verificador **2297665** e o código CRC **6D1F4B71**..

---

---

---

0003034-42.2025.6.15.8000

2297665v3





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026  
(Processo SEI n.º 0003034-42.2025.6.15.8000)**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**



Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba  
Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

## **Contratação - Termo de Referência - Serviços nº 02/2025/2026 - TRE-PB/PTRE/DG/SAD/COSEG/SETRAN**

### **1) Definição do objeto**

Contratação de empresa especializada (Locadora) para a prestação dos seguintes serviços de locação de veículos:

- Locação mensal de veículos sem condutor, por prazo mínimo de 24 meses.
- Não haverá fornecimento de combustível.
- Quilometragem livre.
- Cobertura de seguro proteção total (veículo, terceiros, condutor e passageiros) sem franquia.
- Serviços de manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada.
- Serviço de borracharia por conta da contratada.
- Serviços de funilaria e pintura por conta da contratada.
- Locação de veículos por diária para eventuais demandas
- Deverá ser contratado uma única empresa por grupo para facilitar a gestão contratual.

### **Tabela do grupo 01:**

<b>Grupo 01 - Sedan, Utilitário e Carga</b>				
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>CATSER</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>Quantidade a ser registrada pelo TRE/PB</b>
01	Veículo Sedan (cor preta)	4014	Unidades	06
02	Veículos utilitários Tipo camioneta cabine dupla 05 passageiros (cor branca)	4014	Unidades	08
03	Locação de veículos Sedan (cor Preta) por diárias	4014	Diárias	50

04	Locação Veículos utilitários Tipo camioneta cabine dupla 05 passageiros (cor branca) por diárias	4014	Diárias	50
----	--	------	---------	----

1)

**Tabela do grupo 02:**

Grupo 02 - Sedan, Utilitário e Carga				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	Quantidade a ser registrada pelo TRE/PB
01	Veículo Caminhão Baú	4014	Unidades	04
02	Locação de Caminhão Baú por diárias	4014	Diárias	60

**1.1. ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DO OBJETO GRUPO 01 - ITENS 01 e 03****1.1.1. Veículo Sedan, 3 volumes;**

**1.1.2.** Para o item 01, veículos 0 km de ano e modelo de fabricação igual ou posterior à data do pedido de fornecimento e em pleno processo de fabricação;

1.1.3. Para o item 03, (veículos de locação diária, será admitido com no máximo 03 anos de fabricação;

**1.1.4.** Cor preta (utilização padrão dos veículos de representação deste TRE/PB);

**1.1.5.** Motor com potência mínima de 150 (cento e cinquenta) CV com, no mínimo 19 mkgf de Torque; mínimo de 16 válvulas e Alimentação bicomustível (Álcool e Gasolina) nos termos da Lei nº 9.660, de 1998;

**1.1.6.** Transmissão: automática (hidráulica) ou CVT (Continuous Variable Transmission) ou Dupla Embreagem (automático de dupla embreagem).

**1.1.7.** Direção assistida (hidráulica ou elétrica) com volante com regulagem de altura e profundidade;

**1.1.8.** Sistema de freio a disco nas 4 rodas com ABS (Anti-lock Braking System) e EBD (Eletronic Brake Force Distribution);

- 1.1.9.** Distância entre eixos mínima de 2.700mm, proporcionando maior espaço interno, com comprimento total mínimo de 4.600mm e largura mínima de 1.750mm;
- 1.1.10** Capacidade para 5 pessoas (incluindo o motorista) com 4 (quatro) portas laterais e 1 (uma) porta para acesso ao porta-malas;
- 1.1.11.** Tanque de combustível com capacidade mínima de 55 litros;
- 1.1.12.** Porta Malas com capacidade mínima de 470 litros (para melhor acomodação das malas de todos os ocupantes);
- 1.1.13.** Revestimento dos vidros com película permitida pela legislação de trânsito;
- 1.1.14.** Mínimo de 04 airbags (sendo frontais, laterais, traseiros ou de cortina) com barras laterais de proteção contra impactos;
- 1.1.15.** Ar-condicionado integrado de fábrica, sendo este, devido ao clima local, item de extrema necessidade;
- 1.1.16.** Sistema de alarme ou dispositivo antifurto com acionamento remoto;
- 1.1.17.** Sistema de som multimídia, antena e, no mínimo, 4 (quatro) alto-falantes;
- 1.1.18.** Vidros com acionamento elétrico nas 4 (quatro) portas com fechamento por telecomando na chave do veículo;
- 1.1.19.** Encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros com regulagem de altura para todos os ocupantes;
- 1.1.20.** Espelhos retrovisores externos com acionamento interno elétrico;
- 1.1.21.** Rodas de liga leve originais de fábrica e de linha de montagem sem adaptações, conforme Lei Nº 9.503/1997 e CBT; Estepe original de fábrica e de linha de montagem, sem adaptações;
- 1.1.22.** Jogo de tapetes emborrachados;
- 1.1.23.** Para-brisas que atenda aos termos do art. 2º da Resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares, Película térmica no para-brisa e nos vidros laterais e traseiro, com transparência mínima prevista em lei, atendendo aos termos do art. 20 da Resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares (Transparência mínima de: 75% no para-brisas, 70% nos vidros laterais dianteiros e 28% nos vidros laterais traseiros e 28% no vidro traseiro);
- 1.1.24.** Garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses a contar do recebimento definitivo do veículo independente da quilometragem;
- 1.1.25.** Possuir emissão de poluentes que atenda às exigências da Tabela de Eficiência Energética do INMETRO, Possuir eficiência energética e consumo de combustível que atendam ao Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE), do INMETRO; Equipado com os demais itens de série e acessórios de segurança exigidos por lei.
- 1.1.26.** Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.
- 1.1.27.** Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, complementações e alterações Supervenientes.

## **1.2. ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DO OBJETO GRUPO 01 - ITEM 02 e 04**

1.2.1. AUTOMÓVEIS TIPO UTILITÁRIO PARA TRANSPORTE DE PESSOAS e cargas.

### **Especificações:**

**1.2.2.** Motor biodiesel

- 1.2.3.** Capacidade mínima para 05 (cinco) pessoas;
- 1.2.4.** Sistema de ar-condicionado integrado de fábrica, sendo este, devido ao clima local, item de extrema necessidade;
- 1.2.5.** Direção hidráulica, eletro-hidráulica ou elétrica;
- 1.2.6.** Pintura na cor branca, com opção alternativa na cor preta, que será definida pela Administração;
- 1.2.7.** Sistema de injeção eletrônica;
- 1.2.8.** Freios hidráulicos a pedal, dianteiro a disco ventilado, traseiro a tambor com sapata, no mínimo;
- 1.2.9.** Capacidade de carga mínima de 1.000 kg para melhor adequar transporte de bagagens e equipamentos necessários para atender as unidades da Justiça Eleitoral;
- 1.2.10.** Transmissão manual/automática;
- 1.2.11.** Pneus rodas: mínimo 245/70, R16;
- 1.2.12.** Central multimídia;
- 1.2.13.** Portas: no mínimo 04 (quatro) portas, contendo no mínimo 01 (uma) traseira para o compartimento de carga;
- 1.2.14.** Protetor de Câter e Tapetes de borracha de salão;
- 1.2.15.** Ano de fabricação com no máximo 04 anos;
- 1.2.16.** Revestimento dos vidros com película e acionamento elétrico nas 4 (quatro) portas;
- 1.2.17.** Capota marítima;
- 1.2.18.** Santo Antônio;
- 1.2.19.** Todos os equipamentos de segurança exigidos por lei, tais como: triângulo de sinalização, chave de roda, cintos de segurança para todos os passageiros e pneu de suporte;
- 1.2.20.** Manutenção, seguro, emplacamento e sistema de rastreamento por conta da locadora;
- 1.2.21.** O modelo deve estar em plena linha de fabricação;
- 1.2.22.** Assistência técnica em todo território nacional;
- 1.2.23.** O veículo deverá estar de acordo com as normas do PROCONVE - Programa de Controle de Poluição de Ar por Veículos Automotores, Resolução 415/2009 do CONAMA;

### **1.3. ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DO OBJETO GRUPO 02 ITENS 01 e 02**

- 1.3.1.** Capacidade de carga: Até 6 toneladas.
- 1.3.2.** Peso bruto total (PBT): 16 toneladas.
- 1.3.3.** Eixos: Dois eixos, um frontal e um traseiro.
- 1.3.4.** Comprimento: 14 metros.
- 1.3.5.** Baú entre 6 e 8 metros de comprimento, largura mínima de 2,5 m e altura em torno de 2,5 a 2,80 metros.
- 1.3.6.** Ano de fabricação com no máximo 06 anos.
- 1.3.7.** Sistema de ar-condicionado integrado de fábrica, sendo este, devido ao clima local, item de extrema necessidade;
- 1.3.8.** Direção hidráulica, eletro-hidráulica ou elétrica;
- 1.3.9.** Sistema de injeção eletrônica;

**1.3.10.** Revestimento dos vidros com película e acionamento elétrico nas 2 (duas) portas;

**1.3.11.** Todos os equipamentos de segurança exigidos por lei, tais como: triângulo de sinalização, chave de roda, cintos de segurança para todos os passageiros e pneu de suporte;

**1.3.12.** Manutenção, seguro, emplacamento e sistema de rastreamento por conta da locadora;

## **2. Especificações dos Itens e Valores**

**2.1.** Os licitantes deverão observar os valores máximos estimados por item como limite em suas propostas.

## **3. Classificação dos Bens**

**3.1.** Os bens objeto desta contratação são classificados como comuns, conforme a justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

**3.2.** O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo.

## **4. Vigência da Ata de Registro de Preços.**

**4.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada desde que seja comprovada o preço vantajoso.

**4.2.** Será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços resultante deste procedimento licitatório.

**4.3.** Ficam restabelecidos, quando da prorrogação da Ata de Registro de Preços, os quantitativos originalmente registrados para este TRE/PB;

**4.4.** Os valores registrados da locação mensal e diárias poderão, na prorrogação, serem reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**4.4.1.** A escolha pelo IPCA-IBGE se deu por se tratar do índice oficial de inflação do Brasil, adotado pelo Governo Federal, se tratando de referência para as metas de inflação e para as alterações na taxa de juros.

## **5. Justificativa para a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP)**

**5.1.** A adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)** foi justificada com base no Art. 3º, incisos I e IV do Decreto nº 11.462/2023.

**5.2.** A utilização do SRP é pertinente pelos seguintes motivos:

**5.2.1. Necessidade de contratações permanentes ou frequentes (inciso I):** O objeto desta contratação se refere a bens e/ou serviços de consumo contínuo e recorrente. A demanda da Administração por esses itens é constante ao longo do ano, o que torna o SRP a ferramenta mais eficiente para garantir a disponibilidade sem a necessidade de múltiplos e custosos processos licitatórios.

**5.2.2. Execução descentralizada (inciso IV):** A contratação visa atender demandas de diferentes setores e unidades da Administração, conforme a legislação aplicável. O SRP permite uma execução mais ágil e descentralizada, facilitando a aquisição dos itens por diversas áreas de forma padronizada e com preços pré-fixados.

**5.2.3.** A adoção do SRP se alinha, portanto, com a necessidade de garantir a eficiência, a economia e a agilidade nos processos de aquisição, atendendo às exigências operacionais e legais da Administração.

## 6. Vigência do Contrato

**6.1.** Após a formalização do contrato, o prazo de vigência da contratação será no mínimo de 24 meses, contados da data de sua assinatura. Este prazo poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos, em conformidade com os artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**6.2.** Após a solicitação da Ata de Registro de Preços para locação de veículos por diárias, será formalizado um contrato de 12 meses respeitando o limite registrado. O pagamento das diárias ocorrerá conforme o período utilizado pelo TRE/PB, respeitando o limite total registrado.

## 7. Fundamentação da Contratação

**7.1.** A contratação de locação de veículos mensais se fundamenta na demonstração da necessidade do serviço, nas vantagens econômicas e operacionais em comparação com a aquisição de frota própria, e na conformidade com as leis e normas que regem as contratações públicas. A decisão pela locação é precedida de um Estudo Técnico Preliminar (ETP) que compara as diferentes opções e justifica a escolha como a mais vantajosa para o interesse público.

## 8. Descrição da Solução

**8.1.** Para facilitar a gestão contratual, a solução apresentada consiste na contratação de uma única empresa para a locação de veículos automotores descritos no Grupo I, **novos (0KM) para o item 01, no máximo 03 anos de fabricação para o item 3, para os veículos do item 02 e 04 com no máximo 04 anos de fabricação** e para os **veículos do Grupo II, itens 01 e 02 com no mínimo 06 anos de fabricação**, visando atender às necessidades de transporte do CONTRATANTE. As especificações e condições desta contratação estão resumidas a seguir, divididas por tipo de locação e requisitos adicionais. A descrição completa da solução encontra-se detalhada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares;

### 8.2. Locação Mensal de Veículos

#### 8.2.1. Características dos Veículos Locados Mensalmente Grupo 01 (Itens 01 e 02)

**8.2.1.1.** Quilometragem livre.

**8.2.1.2.** Seguro de proteção total (veículo, terceiro, condutor e passageiros) sem franquia.

**8.2.1.3.** Manutenção preventiva e corretiva inclusa, além de serviços de borracharia, funilaria e pintura, sem custos adicionais para o CONTRATANTE.

#### 8.2.2. Características dos Veículos Locados Mensalmente Grupo 02 (Item 01)

**8.2.2.1.** Quilometragem livre.

**8.2.2.2.** Seguro de proteção total (veículo, terceiro, condutor e passageiros) sem franquia.

**8.2.2.3.** Manutenção preventiva e corretiva inclusa, além de serviços de borracharia, funilaria e pintura, sem custos adicionais para o CONTRATANTE.

**8.2.3. Pedidos de veículos disponíveis na Ata de Registro de Preços podem ser aceitos por um período de tempo menor, visando suprir necessidades de curto prazo ou demandas esporádicas do Tribunal;**

### 8.3. Locação por diárias de Veículos

#### 8.3.1. Características dos Veículos Locados por diárias Grupo 01 (Itens 03 e 04)

**8.3.1.1.** Veículos com no máximo 03 anos de fabricação para o item 03, 04 anos de fabricação para o item 04, todos sem condutor e sem fornecimento de combustível.

**8.3.1.2.** Quilometragem livre.

**8.3.1.3.** Seguro de proteção total (veículo, terceiro, condutor e passageiros) sem franquia.

**8.3.1.4.** Manutenção preventiva e corretiva inclusa, além de serviços de borracharia, funilaria e pintura, sem custos adicionais para o CONTRATANTE.

#### **8.3.2. Características dos Veículos Locados por diárias Grupo 02 (Item 02)**

**8.3.2.1.** Veículos com no máximo 06 anos de fabricação, todos sem condutor e sem fornecimento de combustível.

**8.3.2.2.** Quilometragem livre.

**8.3.2.3.** Seguro de proteção total (veículo, terceiro, condutor e passageiros) sem franquia.

**8.3.2.4.** Manutenção preventiva e corretiva inclusa, além de serviços de borracharia, funilaria e pintura, sem custos adicionais para o CONTRATANTE.

**8.3.3.** Pedidos de veículos disponíveis na Ata de Registro de Preços podem ser aceitos por um período de tempo menor, visando suprir necessidades de curto prazo ou demandas esporádicas do Tribunal;

### **8.4. Especificações Adicionais**

**8.4.1.** A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas de emplacamento, licenciamento, vistorias, aferição de tacógrafos e outras despesas correlatas, mantendo a documentação dos veículos atualizada e enviada ao CONTRATANTE dentro dos prazos legais.

### **8.5. Padronização dos Veículos**

**8.5.1.** Veículos pertencentes ao mesmo item devem ser da mesma marca/modelo, série, cor e possuir os mesmos equipamentos instalados de fábrica.

### **8.6. Sistema de Rastreamento e Telemetria**

**8.6.1.** Veículos devem ser equipados com sistema de rastreamento e posicionamento por GPS e telemetria.

**8.6.2.** A CONTRATANTE terá acesso ao sistema informatizado para:

Verificação dos dados de localização e acompanhamento de trajeto em tempo real.

Gerenciamento e emissão de relatórios com histórico de navegação e posicionamento.

Relatórios de telemetria (tempo de inatividade com motor ligado, aceleração e frenagem brusca, excesso de velocidade, uso fora do horário permitido, entre outros relatórios correlatos).

### **8.7. Locação por diária**

**8.7.1.** A locação por diária dos grupos I e II são para atender a necessidades pontuais do TRE/PB, respeitando a quantidade total de diárias registradas por veículo.

### **8.8. Seguro Automotivo**



### **8.8.1. Cobertura do Seguro**

**8.8.1.1.** Seguro de proteção total contratado pela CONTRATADA, sem franquia para o CONTRATANTE, cobrindo acidentes com perda total, roubo, furto, incêndio, terceiros, vidros, assistência 24 horas, reboque e táxi, além de danos pessoais e materiais.

**8.8.1.2.** Coberturas mínimas:

**8.8.1.2.1.** Danos materiais: R\$ 150.000,00.

**8.8.1.2.2.** Danos corporais: R\$ 100.000,00 por pessoa.

**8.8.1.2.3.** Acidente pessoal de passageiro (morte e invalidez permanente): R\$ 5.000,00 por pessoa.

### **8.9. Providências e Assistência**

**8.9.1.** A CONTRATADA deve adotar todas as providências necessárias em caso de acidente e informar imediatamente ao CONTRATANTE.

**8.9.2.** Serviços de assistência 24 horas, todos os dias da semana, incluindo reboque, táxi ou carro reserva.

### **8.10. Adesivos**

**8.10.1.** Veículos devem ser adesivados conforme modelo e padrão fornecido pelo Órgão.

**8.10.2.** Utilitário: adesivos nas portas dianteira e o Caminhão baú: adesivos nas portas laterais dianteiras e em uma das portas traseiras.

**8.10.3.** Exceção para Veículos de Representação que não serão adesivados;

### **8.11. Veículo Reserva grupo 01 Itens 01 e 03**

**8.11.1.** Reposição de Veículos

**8.11.2.** Reposição imediata de veículos modelo sedan.

**8.11.3.** Condições de Substituição: Veículos reservas podem ser temporariamente substituídos por veículos de igual nível ou superior na cor contratada, e excepcionalmente nas cores cinza escuro e azul escuro. Se o período de substituição for superior a 2 dias úteis, o veículo reserva deve ser substituído por um de cor preta.

### **8.12 Veículo Reserva grupo 01 Itens 02 e 04**

**8.12.1.** Reposição de Veículos

**8.12.2.** Reposição imediata de veículos modelo Utilitário Cabine Dupla.

**8.12.3.** Condições de Substituição: Veículos reservas podem ser temporariamente substituídos por veículos de igual nível ou superior na cor contratada, e excepcionalmente nas cores cinza escuro e azul escuro. Se o período de substituição for superior a 5 dias úteis, o veículo reserva deve ser substituído por um de cor branca.

### **8.13. Exceções para Caminhão Baú, Grupo II, item 01 e 02**

**8.13.1.** Reposição de veículo modelo Caminhão baú somente se o período de substituição for superior a 5 dias úteis.

### **8.14. Renovação da Frota**

**8.14.1.** Prazos de Renovação

**8.14.1.1. Veículos sedan e utilitários: renovação a cada 24 meses de uso.**

**8.14.1.2.** Caminhão baú: obedecer ao critério de no mínimo 06 anos de fabricação.

**8.15. Condições de Renovação**

**8.15.2.1.** Frota do mesmo item deve ser renovada simultaneamente.

**8.15.2.2.** Não será necessária a renovação de veículos adicionados por aditivos de acréscimo ao contrato se o período de uso for inferior a 6 meses.

**8.16. Controle de Multas****8.16.1. Responsabilidade da CONTRATADA**

**8.16.1.1.** Recebimento e encaminhamento das notificações de infração de trânsito ao CONTRATANTE com antecedência mínima de 15 dias úteis antes do fim do prazo para apresentação de recurso ou indicação do motorista infrator.

**8.16.2. Responsabilidade do CONTRATANTE**

**8.16.2.1.** Encaminhamento das notificações preenchidas e com documentação necessária dentro do prazo.

**8.16.3. Pagamento de Multas**

**8.16.3.1.** A CONTRATADA pode efetuar o pagamento das multas e solicitar reembolso através de depósito identificado, desde que o valor considere o desconto para pagamento antes do vencimento.

**8.16. Recebimento do Objeto****8.16.1. Prazos de Entrega**

**8.16.1.1.** Veículos Sedan e utilitários: 30 dias corridos.

**8.16.1.2.** Veículo modelo Caminhão baú: 60 dias corridos.

**8.17.2. Condições de Entrega**

**8.17.2.1.** Veículos devem ser entregues com documentação de licenciamento, adesivados conforme padrão e com sistema de rastreamento e telemetria em funcionamento.

**8.17.2.2.** Entrega preferencialmente na cidade de João Pessoa/PB, com alternativas em Campina Grande/PB e Patos/PB.

**8.18.3. Recebimento Provisório e Definitivo**

**8.18.3.1.** Recebimento provisório em 15 dias para verificação de conformidade.

**8.18.3.2.** Recebimento definitivo em 30 dias após a verificação da qualidade e quantidade do material.

**8.18.3.3.** A responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato permanece mesmo após o recebimento definitivo.

**Requisitos da Contratação****9. Sustentabilidade**

**9.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos neste termo, devem ser atendidos os requisitos previstos no Plano de Logística Sustentável PLS/PJPB 2024-2026 e na Resolução Nº 400 de 16/06/2021 do CNJ.

**9.2.** A empresa contratada deve obedecer ao GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS, 6º Edição, Revista, Atualizada e Ampliada da Câmara Nacional de Sustentabilidade - CNS.

**9.3.** A abertura de chamados técnicos e encaminhamentos de demandas, bem como todos os relatórios produzidos, deverão ser realizados, preferencialmente, sob a forma eletrônica, evitando-se a impressão de papel.

**9.4.** Desta forma, constituem diretrizes de sustentabilidade para o objeto da contratação, entre outras:

**9.4.1.** O uso de automóveis, equipamentos e acessórios com menor impacto sobre recursos naturais (flora, fauna, solo, água, ar);

**9.4.2.** Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

**9.4.3.** O uso de automóveis, equipamentos e acessórios com maior eficiência na utilização de recursos naturais, como água e energia;

**9.4.4.** O uso dos veículos pelo período de 24 (vinte e quatro) visando o melhor aproveitamento dos equipamentos utilizados;

**9.4.5.** Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais - origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços.

**9.4.6.** Para os veículos leves só será admitida oferta de veículos que também utilize o combustível renovável etanol, inclusive mediante tecnologia "flex", nos termos da Lei nº 9.660, de 1998.

**9.4.7.** Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

**9.4.8.** Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes conforme a legislação atual vigente.

## **10. Subcontratação**

**10.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **11. Reajuste**

**11.1.** Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais da locação mensal e das diárias serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**11.1.1.** A escolha pelo IPCA-IBGE se deu por se tratar do índice oficial de inflação do Brasil, adotado pelo Governo Federal, se tratando de referência para as metas de inflação e para as alterações na taxa de juros.

## **12. Garantia da Contratação**

**12.1.** A CONTRATADA deverá apresentar à Administração do CONTRATANTE, através do Gestor de Contratos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

## **Qualificação Técnica**

**12.2.** A título de qualificação técnica, deverão ser apresentados Atestados de Capacidade Técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que façam explícita menção à LICITANTE como executora, comprovando sua aptidão na execução de objeto pertinente e compatível, em características e prazos, com o objeto ora contratado, por período não inferior a 12 (doze) meses. As especificações encontram-se descritas em tópico específico do Termo de Referência.

### **13. Requisitos gerais**

**13.1.** Indicar 01 (um) representante legal, dedicado ao relacionamento com a CONTRATANTE, que deverá possuir o conhecimento e a capacidade profissional necessária, bem como ter autonomia e autoridade para resolver qualquer assunto relacionado com os serviços contratados, verificar o bom andamento dos mesmos, zelar pela disciplina do pessoal executante e pelo seu aprimoramento.

**13.2.** A CONTRATADA deverá manter durante a vigência do contrato estabelecimento que possibilite a realização da substituição dos veículos locados por veículos reservas quando necessário, de acordo com situações previstas neste Termo, dentro de um raio de 10km da sede do TRE/PB localizada na Av. Princesa Isabel, 201 - Bairro de Tambiá - CEP 58020-528 - João Pessoa (PB).

**13.2.1.** Esta exigência visa garantir a economicidade de recursos quanto manter um tempo de deslocamento razoável para a solução de eventuais demandas que necessitem a substituição dos veículos sem onerar demasiadamente a administração pública.

**13.3.** Fica a critério da CONTRATADA a indicação de estabelecimentos para a realização de manutenções preventivas, corretivas, serviços de funilaria, pintura, borracharia e lavagem e higienização, desde que o mesmo esteja dentro de um raio de 10km da sede do TRE/PB, Fórum Eleitoral de Campina Grande/PB e Fórum Eleitoral de Patos/PB.

### **14. Modelo de Execução do Objeto - Condições de Entrega**

**14.1.** As ordens de fornecimento serão anexadas em pasta específica na SETRAN pelo gestor/fiscal técnico do contrato, informando os itens a serem fornecidos, quantidade, e número da nota de empenho.

**14.2.** O prazo de entrega dos veículos modelos Sedan e veículos utilitários será de 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa formal da contratada e aprovação da justificativa pela equipe de Fiscalização do Contrato.

**14.3.** O prazo de entrega do veículo modelo Caminhão baú será de 60 (sessenta) dias corridos contados do recebimento da Ordem de Serviço.

**14.4.** A entrega dos veículos poderá ocorrer de forma parcelada, de acordo com as necessidades deste TRE/PB.

- Os veículos deverão ser entregues com o documento de licenciamento dos mesmos junto ao órgão de trânsito competente, assim como em conformidade com o modelo requerido. Será analisada a conformidade dos adesivos de acordo com o padrão informado pelo órgão, assim como o perfeito funcionamento do sistema de rastreamento e telemetria.
- A empresa contratada deverá indicar o local de entrega inicial dos veículos, preferencialmente na cidade de João Pessoa/PB, podendo usar como outras alternativas locais para a retira dos veículos em Campina Grande/PB ou Patos/PB. Os bens serão

entregues em endereço indicado pela Contratada, através de agendamento e cronograma.

- Os veículos locados entregues deverão estar com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima e quanto da devolução, será obedecido ao mesmo critério.
- As chaves reservas e o manual dos veículos deverão ser entregues a Contratante. Caso a Contratada não queira disponibilizar as chaves reservas, em casos de urgência para abertura dos veículos a contratada deverá realizar a abertura sem ônus para a contratante.
- Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

**14.5.** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação do Contratante.

**14.6.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**14.7.** Quando necessário, poderá ser solicitado veículos para atender demandas específicas, em prazo determinado pela Administração e no valor contratado, não excedendo o quantitativo anual contratado;

## **15. Modelo de Gestão do Contrato**

**15.1.** As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas de acordo com as seguintes disposições:

**15.2. Gestão do Contrato:** é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, emissão de termo de atesto e liberação de pagamento, dentre outros.

- **Fiscalização Técnica:** O acompanhamento do contrato, que definirá a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto, tem o objetivo de avaliar a execução nos moldes contratados e aferir se estão compatíveis com os indicadores estipulados no contrato para efeito de pagamento, conforme o resultado pretendido pela Administração. A Fiscalização Técnica pode ser auxiliada pelo Gestor do Contrato.
- **Fiscalização Administrativa:** é o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

**15.3.** O recebimento provisório e definitivo ficará a cargo do fiscal técnico designada pela autoridade competente, respeitadas as devidas atribuições.

**15.4.** O gestor do contrato e os fiscais técnico poderão solicitar manifestação técnica do órgão de assessoramento jurídico e de controle interno do TRE/PB vinculados ao órgão ou a

entidade promotora da contratação, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-los com informações relevantes para prevenir riscos na execução do contrato.

**15.5.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**15.6.** As comunicações entre a equipe de gestão e fiscalização do contrato e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, através do e-mail oficial do TRE/PB.

**15.7.** A equipe de gestão e fiscalização do contrato poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**15.8.** Após a assinatura do contrato, o gestor do contrato poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**15.9.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou pelos respectivos substitutos.

**15.9.1.** A equipe de gestão e fiscalização acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**15.9.2.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

## **16. Critérios de Medição e Pagamento**

### **16.1. Recebimento do Objeto**

**16.1.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, acompanhado da nota fiscal ou documento equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**16.1.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**16.1.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**16.1.4.** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

**16.1.5.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**16.1.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**16.1.7.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**16.1.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço /material nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto da contratação.

## **16.2. Liquidação e Pagamento:**

**16.2.1.** O pagamento será efetuado, mensalmente, através de OBC - Ordem Bancária de Crédito, OBB - Ordem Bancária para Banco ou Ordem Bancária para Pagamento de Faturas com Código de Barras, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos do artigo 7º da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

**16.2.1.1.** O prazo de que trata o item anterior **será reduzido à metade**, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021](#).

**16.2.1.2.** A Nota Fiscal/Fatura/Boleto Bancário com código de barras, relativo ao serviço efetivamente prestado, deverá ser apresentado no Protocolo Geral do TRE/PB até o último dia do mês do faturamento, acompanhado da declaração de conta-corrente própria, na qual deseja receber o referido pagamento, com a identificação da instituição financeira, nome e prefixo da agência correspondente;

**16.2.1.3.** A comprovação da regularidade fiscal, para o pagamento, será verificada por meio do SICAF e do sítio da Justiça do Trabalho;

**16.2.1.3.1.** Na impossibilidade de o CONTRATANTE ter acesso ao SICAF e/ou ao sítio da Justiça do Trabalho, a comprovação da regularidade fiscal deverá ser realizada mediante a apresentação, pela CONTRATADA, da regularidade fiscal para com a Seguridade Social (CND), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), as Fazendas Municipal e Federal, sendo esta através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, bem como a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

**16.2.4.** A Nota Fiscal/Fatura será analisada pelo respectivo Gestor e atestada, se for o caso;

**16.2.4.1.** Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á, após a regularização da situação e/ou reapresentação da nota fiscal/fatura, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

**16.2.4.2.** O CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta/nota de empenho, sob pena de não ser efetuado o pagamento;

**16.3.** O CONTRATANTE se reserva ao direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação da nota fiscal/fatura por parte do gestor do contrato, este verificar que o serviço foi executado em desacordo com o especificado no ajuste;

**16.3.1.** O CONTRATANTE poderá reter ou glosar o pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA:

**16.3.1.2.** Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida a atividade contratada.

**16.3.1.3.** Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**16.4.1.** Caso a CONTRATADA tenha o recolhimento dos encargos relativos ao FGTS centralizado, o documento comprobatório de autorização para a centralização dos recolhimentos deverá ser apresentado à Administração;

**16.5.1.** Havendo atraso no pagamento de suas obrigações, o TRE/PB procederá à atualização financeira diária de seus débitos, onde os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, conforme a seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX / 100)}{365}$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

**onde:**

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP - Valor da parcela em atraso

**16.6.1.** - Os critérios de pagamento estão descritos no item 16 do Termo de Referência nº 02/2025 - SETRAN.

## **17. Critérios de Seleção do Fornecedor**

**17.1.** Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

**17.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.

**17.2.** O critério de julgamento e adjudicação será o de MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO e o de adjudicação será POR GRUPO.

**17.3.** O procedimento para a contratação pretendida neste instrumento será regido pelo Sistema de Registro de Preços.

**17.4.** Regime de execução:

**17.4.1.** O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

**17.5.** Exigências de habilitação

**17.5.1.** Será exigido da empresa participante que apresente comprovação de que pertence ao ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, através do ato constitutivo, estatuto, contrato social ou CNAE (principal e secundário).

**17.5.2.** Os requisitos a serem exigidos para fins de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista serão definidos no edital do procedimento licitatório.

**17.5.3.** A título de qualificação técnica, deverão ser apresentados Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que faça explícita menção à LICITANTE como executora, comprovando a sua aptidão na execução da prestação dos serviços de locação de veículos, por um período não inferior a 12 (doze) meses, sendo:

**17.5.3.1.** O(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) deve(m) comprovar a prestação dos serviços de locação de veículos em um quantitativo de no mínimo 07 (sete) unidades, com desempenho satisfatório, para concorrer ao Grupo 1.



**17.5.3.2.** O(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) deve(m) comprovar a prestação dos serviços de locação de veículos em um quantitativo de no mínimo 02 (dois) unidades, com desempenho satisfatório, para concorrer ao Grupo 2.

**17.5.4.** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 06 (seis) meses do início de sua execução.

**17.5.5.** Para a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade dos 12 (doze) meses serem ininterruptos.

**17.5.6.** Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, conforme item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

**17.5.7.** A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

**17.5.8.** Os documentos apresentados poderão ser objeto de diligência por parte do pregoeiro ou da equipe técnica, com vistas a dirimir as dúvidas em relação ao tipo de serviço prestado.

## **18. Infrações e Sanções Administrativas**

### **18.1. Infração administrativa**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

18.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

18.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; 18.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

18.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

18.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

18.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

### **18.2. Sanções aplicáveis**

O contratado que incorrer em infração administrativa prevista no item 18.1, apurada em regular processo administrativo, com garantia de contraditório e ampla defesa, sujeitar-se-á às seguintes sanções:

**18.2.1.** advertência;

18.2.2. multa;

18.2.3. impedimento de licitar e contratar;

18.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**18.2.5. Parágrafo único.** A aplicação das sanções previstas no *caput* deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

### **18.3. Advertência**

A sanção de advertência será aplicável na hipótese de inexecução parcial do contrato que não implique em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como na hipótese de descumprimento de pequena relevância praticado pelo contratado e que não justifique imposição de penalidade mais grave.

#### **18.4. Multa**

18.4.1. A multa será aplicada, isolada ou cumulativamente com outras penalidades previstas no item 18.2, ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 18.1.

18.4.2. A multa será calculada na forma prevista no termo de referência, e não poderá ser inferior a **0,5% (cinco décimos por cento)** nem superior a **30% (trinta por cento)** do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

18.4.3. A multa compensatória será calculada no percentual de **10% (dez)** do valor da contratação.

18.4.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será obtida observando-se a seguinte ordem:

18.4.4.1. utilização da garantia eventualmente prestada;

18.4.4.2. compensação dos créditos de outros contratos firmados pelo contratado com este Regional, na forma do termo de referência, do edital ou do contrato; 18.4.4.3. por via judicial.

18.4.5. O atraso injustificado na execução do pactuado sujeitará o contratado a multa de mora diária de **0,5%** do saldo do contrato, limitada a **15%**.

18.4.6. A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções dispostas no item 18.2.

#### **18.5. Impedimento de licitar e contratar**

A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no item 18.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens nas alíneas 18.1.2, 18.1.3, e 18.1.4 do item 18.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.

#### **18.6. Declaração de inidoneidade**

A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7, e 18.1.8 do item 18.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos 18.1.2, 18.1.3, e 18.1.4 do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 18.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos** e máximo de **6 (seis) anos**.

#### **18.7. Processo de responsabilização**

18.7.1. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a condução de processo de responsabilização por **Comissão Permanente de Responsabilização de Licitantes e Contratados - CPRLC**.

18.7.2. Todas as sanções previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.7.3. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.7.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

#### **18.8. Critérios para aplicação das sanções**

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

18.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

18.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

18.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.8.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

18.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

#### **18.9. Apuração conjunta de infrações**

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

#### **18.10. Desconsideração da personalidade jurídica**

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **18.11. Publicidade das sanções**

O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis)** e no **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep)**, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **18.12. Reabilitação**

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

#### **18.13. Compensação de débitos**

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **18.14. Procedimento**

Para a aplicação de qualquer sanção, deverá ser adotado o procedimento previsto neste instrumento, na Portaria nº 301/2023 TRE-PB/PTRE/ASPRE e na Lei nº 14.133/2021.

### **19. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

19.1. O valor estimado da contratação será obtido por meio de pesquisa de preço que será um anexo do termo de referência.

## 20. Adequação Orçamentária

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação concorrerão à conta de recursos indicados pela Administração do TRE/PB.

**CLÓVIS DE OLIVEIRA FILHO**  
**CHEFE DA SEÇÃO DE TRANSPORTE**



Documento assinado eletronicamente por CLÓVIS DE OLIVEIRA FILHO em 24/01/2026, às 08:07, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**JOSÉ MARCONI DE ANDRADE MOREIRA**  
**TÉCNICO JUDICIÁRIO**



Documento assinado eletronicamente por JOSÉ MARCONI DE ANDRADE MOREIRA em 25/01/2026, às 09:21, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**MÁRIO CÉZAR DELGADO RÉGIS**  
**CHEFE DA SEÇÃO DE COMPRAS**



Documento assinado eletronicamente por MÁRIO CÉZAR DELGADO RÉGIS em 26/01/2026, às 07:57, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=2291212&crc=C1D19E16](https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2291212&crc=C1D19E16), informando, caso não preenchido, o código verificador **2291212** e o código CRC **C1D19E16**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

**Anexo**

**II**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026**  
(Processo SEI n.º 0003034-42.2025.6.15.8000)

**DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS QUANTITATIVOS**

Grupo G1 - Sedan e Utilitário						
Item	Qtde	Unidade de Medida	Especificação	Valor unitário do item (R\$)	Valor total do item (R\$)	Valor total do Grupo G1 (R\$)

01	06	Und/mês	Veículo Sedan (cor preta)			
02	08	Und/mês	Veículos utilitários Tipo camioneta cabine dupla 05 passageiros (cor branca)			
03	50	Diária	Locação de veículos Sedan (cor Preta) por diárias			
04	50	Diária	Locação Veículos utilitários Tipo camioneta cabine dupla 05 passageiros (cor branca) por diárias			

Grupo G2 - Carga						
Item	Qtde	Unidade de Medida	Especificação	Valor unitário do item (R\$)	Valor total do item (R\$)	Valor total do Grupo G2 (R\$)
05	04	Und/mês	Veículo Caminhão Baú			
06	60	Diária	Locação de Caminhão Baú por diárias			

**OBSERVAÇÃO:**

1.º) Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT/CATSER e a do EDITAL, prevalecerá a descrição do EDITAL.

João Pessoa (PB), 30 de janeiro de 2026.

**ANDREZA ALVES GOMES**  
**PREGOEIRO(A)**



Documento assinado eletronicamente por ANDREZA ALVES GOMES em 30/01/2026, às 11:00, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=2297749&crc=602823FA](https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2297749&crc=602823FA), informando, caso não preenchido, o código verificador **2297749** e o código CRC **602823FA**.

0003034-42.2025.6.15.8000

2297749v2



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026  
(Processo SEI n.º 0003034-42.2025.6.15.8000)**

**ANEXO III**

**ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**

Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB - <http://www.tre-pb.jus.br>

**Contratação - Estudos Preliminares IN 1/2018TREP n° 1/2026 - SETRAN****I- Necessidade da contratação:**

**1.1.** Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de locação de veículos através dos sistema de Registro de Preços, de forma mensal, sem condutor, sem fornecimento de combustível, com quilometragem livre, seguro de proteção total (abrangendo o veículo, terceiros, condutor e passageiros), sem franquia, e com manutenção preventiva e corretiva, incluindo serviços de borracharia, funilaria e pintura.

**1.2..** A(s) contratada(s) deverá(ão) disponibilizar os veículos necessários para suprir as demandas de viagens e deslocamentos diários de magistrados, servidores e colaboradores, no desempenho de atividades inerentes às atividades-fim e atividades-meio, bem como para o transporte de materiais, de forma ininterrupta e com maior eficiência e economicidade, visando à melhoria da gestão e à prevenção de riscos e prejuízos à Administração Pública.

**1.3.** Para o atendimento da demanda, faz-se necessária a locação de automóveis dos seguintes modelos/tipos: Sedan, Utilitário tipo camioneta cabine dupla para 5 passageiros e Caminhão Baú, conforme especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar.

**1.4.** O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo analisar as melhores opções disponíveis no mercado para atender à demanda por veículos adicionais destinados ao transporte de autoridades, servidores e colaboradores, bem como para a renovação da frota existente. Por meio da análise das condições de mercado, o estudo busca assegurar a viabilidade da contratação, definir estratégias e fornecer subsídios para a elaboração do Termo de Referência.

**II - Equipe de planejamento:**

Clóvis de Oliveira Filho

José Marconi de Andrade Moreira

Mário César Delgado Régis

**III - Normativos que disciplinam os serviços ou a aquisição a serem contratados, de acordo com a sua natureza:**

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Decreto nº 10.818/2021; IN SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022; IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021;

**IV - Referência a outros instrumentos de planejamento do órgão ou entidade (se houver):**

A contratação está alinhada ao Planejamento Anual de Contratações (PAC), com aderência ao objetivo estratégico do TRE/PB: **"Aprendizado e Crescimento" – Objetivo 7: Aperfeiçoar a governança e a gestão.** O objeto está previsto no PCA 2025, item 84.

## **V - Requisitos da contratação:**

### **Sustentabilidade**

**2.1.** A preservação do meio ambiente constitui elo fundamental da cadeia do desenvolvimento sustentável, impondo que o bem-estar social e o desenvolvimento econômico sejam alcançados sem prejuízo ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o qual deve ser mantido e preservado pela geração atual, em benefício próprio e das futuras gerações.

**2.2.** A CONTRATADA deverá observar as diretrizes constantes no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 6ª Edição, revista, atualizada e ampliada**, da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS.

**2.3.** A abertura de chamados técnicos, o encaminhamento de demandas, bem como a produção de relatórios, deverá ser realizada, preferencialmente, por meio eletrônico, evitando-se a impressão de papel.

**2.4.** Constituem diretrizes de sustentabilidade para o objeto da contratação, entre outras:

**a)** Uso de automóveis, equipamentos e acessórios com menor impacto sobre recursos naturais (flora, fauna, solo, água, ar);

**b)** Preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

**c)** Uso de automóveis, equipamentos e acessórios com maior eficiência na utilização de recursos naturais, como água e energia;

**d)** Utilização dos veículos pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, visando o melhor aproveitamento dos equipamentos;

**e)** Adoção de inovações que reduzam a pressão sobre os recursos naturais, com origem ambientalmente regular;

**f)** Para veículos leves, será admitida apenas a oferta de veículos que utilizem combustível renovável, como etanol, inclusive por meio de tecnologia "flex", nos termos da Lei nº 9.660/1998;

**g)** Será admitida apenas a oferta de veículos automotores que atendam aos limites máximos de ruído estabelecidos pelas Resoluções CONAMA nº 1/1993, nº 8/1993, nº 17/1995, nº 242/1998, nº 272/2000 e demais legislações correlatas e supervenientes;

**h)** Será admitida apenas a oferta de veículos que atendam aos limites máximos de emissão de poluentes, conforme a legislação vigente.

**2.5.** Além dos critérios de sustentabilidade inseridos neste ETP, deverão ser observados os requisitos previstos no Plano de Logística Sustentável – PLS/TRE/PB 2021-2026 e na Resolução CNJ nº 400, de 16/06/2021.

### **Subcontratação**

**2.6.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Reajuste**

**2.7.** Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais da locação mensal e das diárias serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**2.7.1.** A escolha pelo IPCA-IBGE se deu por se tratar do índice oficial de inflação do Brasil, adotado pelo Governo Federal, se tratando de referência para as metas de inflação e para as alterações na taxa de juros.

### **Garantia da Contratação**

**2.8.** A CONTRATADA deverá apresentar à Administração do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério do CONTRATANTE, contados da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato. A garantia poderá ser prestada por caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, com validade durante a execução contratual e por mais 90 (noventa) dias após o término de sua vigência, devendo ser renovada a cada prorrogação contratual.

### **Qualificação Técnica**

**2.9.** A título de qualificação técnica, deverão ser apresentados Atestados de Capacidade Técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que façam explícita menção à LICITANTE como executora, comprovando sua aptidão na execução de objeto pertinente e compatível, em características e prazos, com o objeto ora contratado, por período não inferior a 12 (doze) meses. As especificações encontram-se descritas em tópico específico do Termo de Referência.

### **Requisitos Gerais**

**2.10.** A CONTRATADA deverá indicar 01 (um) representante legal para o relacionamento com a CONTRATANTE, o qual deverá possuir o conhecimento e a capacidade profissional necessária, bem como autonomia e autoridade para tratar de qualquer assunto relativo aos serviços contratados, acompanhar o andamento dos serviços, zelar pela disciplina e aprimoramento do pessoal executante.

**2.11.** CONTRATADA deverá manter durante a vigência do contrato estabelecimento que possibilite a realização da substituição dos veículos locados por veículos reservas quando necessário, de acordo com situações previstas neste Termo, dentro de um raio de 10km da sede do TRE/PB localizada na Av. Princesa Isabel, 201 - Bairro de Tambiá - CEP 58020-528 - João Pessoa (PB).

**2.12.** Esta exigência visa garantir a economicidade de recursos quanto manter um tempo de deslocamento razoável para a solução de eventuais demandas que necessitem a substituição dos veículos sem onerar demasiadamente a administração pública.

**2.13.** Fica a critério da CONTRATADA a indicação de estabelecimentos para a realização de manutenções preventivas, corretivas, serviços de funilaria, pintura, borracharia e lavagem e higienização, desde que o mesmo esteja dentro de um raio de 10km da sede do TRE/PB, Fórum Eleitoral de Campina Grande/PB e Fórum Eleitoral de Patos/PB..

## **VI - Estimativa das quantidades**

### **Grupo I**

<b>Item</b>	<b>Modelo do Veículo</b>	<b>Quantidade a ser registrada pelo TRE/PB</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Justificativa da Contratação</b>
1	Sedan	6	Veículo utilizado para o transporte de Desembargadores e Membros da Corte	Veículos atualmente utilizados possuem mais de 5 anos de uso

Item	Modelo do Veículo	Quantidade a ser registrada pelo TRE/PB	Finalidade	Justificativa da Contratação
2	Veículo utilitário tipo camioneta, cabine dupla, 5 passageiros	8	Veículo utilizado no atendimento de solicitações para transporte de servidores e colaboradores	Substituição dos veículos modelo Doblò, ano 2013, de propriedade do TRE/PB (veículos bastante depreciados)
3	Locação de veículos Sedan (cor Preta) por diárias	Diárias	Diárias Veículo utilizado para o transporte de Desembargadores e Membros da Corte em demandas específicas	50 Será utilizado em demandas eventuais
4	Locação Veículos utilitários Tipo camioneta cabine dupla 05 passageiros (cor branca) por diárias	Diárias	Diárias Veículo utilizado no atendimento de solicitações para transporte de material de expediente e permanente em demandas eventuais	50 Será utilizado em demandas eventuais

## Grupo II

Item	Modelo do Veículo	Quantidade a ser registrada pelo TRE/PB	Finalidade	Justificativa da Contratação
1	Caminhão Baú	4	Veículo utilizado no atendimento de solicitações para transporte de material de expediente e permanente durante o período de 2	No período eleitoral, há necessidade de transporte adicional para materiais das eleições. Por vezes, enfrentamos dificuldades para requisitar

			(dois) meses em ano eleitoral	esse tipo de veículo.
2	Locação de Caminhão Baú por diárias	Diárias	Diárias Veículo utilizado no atendimento de solicitações para transporte de material de expediente e permanente em demandas eventuais	60 Será utilizado em demandas eventuais

## **VII - Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar:**

**3.1.** Ao pesquisar as soluções capazes de atender às demandas de serviços de transporte de servidores, este Estudo se concentrou no exame de três alternativas oferecidas pelo mercado: aquisição, serviço de transporte por demanda e locação de veículos.

### **Aquisição de Veículos**

**3.1.** No modelo de aquisição de veículos, a Administração Pública adquire os veículos e assume todos os custos decorrentes, contratando, de forma independente, manutenção e motorista em empresa terceirizada, ou designando servidor do próprio órgão para a função.

**3.1.1.** Essa é a solução adotada em situações específicas, como, por exemplo, quando o órgão público conta com estrutura própria de manutenção de veículos ou quando a locação não se mostra uma opção viável — à semelhança do que é praticado pelas forças de segurança, em que o risco de deterioração dos veículos locados é elevado. Também é utilizada quando a localização do órgão torna inviável a adoção de modelo de contratação diverso.

**3.1.2.** Para a Administração Pública, a aquisição de veículos pode ser uma opção mais vantajosa nas seguintes hipóteses:

- 1) Quando o órgão público possui expertise no gerenciamento das atividades supracitadas, sendo a gestão de frotas uma atividade próxima de sua atividade-fim;
- 2) Quando a atividade-fim do órgão expõe os veículos utilizados a riscos frequentes de deterioração (como ocorre com veículos das forças de segurança);
- 3) Quando há necessidade estratégica de manter veículos sob a propriedade do órgão;
- 4) Quando o mercado de locação para o tipo de veículo pretendido é inexistente ou economicamente desvantajoso (como no caso de veículos utilitários de carga pesada e caminhões, cujo custo de aquisição é altíssimo).

**3.1.3.** Em contrapartida, ao adquirir veículos, cabe ao governo a gestão e o custeio das seguintes atividades:

- Gestão da manutenção
- Reposição de pneus
- Reposição de peças
- Gestão da documentação
- Aquisição e gestão dos seguros
- Gestão de veículos indisponíveis
- Gestão da renovação da frota

**3.1.4.** Por essa razão, a decisão sobre como gerenciar a frota de veículos é crucial para qualquer organização, impactando diretamente a eficiência e os custos. Embora a aquisição de veículos possa, à primeira vista, parecer a opção mais econômica, é importante considerar as tendências e diretrizes governamentais atuais.

Seguindo a abordagem adotada pelo Governo Federal, optou-se por uma solução híbrida, combinando frota própria e veículos locados. Essa estratégia permite otimizar recursos, garantindo a disponibilidade de transporte para autoridades, servidores e colaboradores, ao mesmo tempo em que se alinha às práticas de gestão de frotas mais modernas e eficientes.

### **Locação de Veículos**

**3.1.5.** No modelo de locação de veículos, o serviço consiste na disponibilização de veículos por empresa contratada, a qual se responsabiliza pelos gastos e manutenções decorrentes da disponibilização.

**3.1.6.** O modelo de locação resulta na terceirização do serviço de transporte de servidores, tendo em vista que a empresa contratada disponibiliza os veículos ao órgão mediante pagamento mensal fixo.

**3.1.7.** Sua principal vantagem está no fato de que essa solução inclui, além do uso do veículo, a gestão da manutenção, peças de reposição, pneus, seguros, impostos, documentação, bem como os prazos e parâmetros para substituição definitiva do veículo, tudo sob responsabilidade da empresa contratada.

**3.1.8.** Por essa razão, a locação de veículos tem sido a opção recorrente dos órgãos públicos. Essas contratações diferenciam-se apenas quanto à adoção de franquias de quilometragem ilimitada ou com valor determinado.

**3.1.9.** Observou-se que o mercado oferece esse serviço de diferentes maneiras, sendo as mais relevantes:

- 1) Locação + manutenção + combustível + motorista
- 2) Locação + manutenção + combustível
- 3) Locação + manutenção

**3.1.10.** Para suprir a necessidade atual, optou-se pela terceira forma de locação, tendo em vista a existência de contrato vigente para o fornecimento de combustível e a disponibilidade de motoristas terceirizados no órgão. Assim, entende-se que essa é, no momento, a alternativa mais adequada para o TRE/PB.

**3.1.11.** Vale destacar que, nos últimos anos, esta Seção de Transportes vem tentando implantar a política de substituição dos veículos próprios por veículos locados, à medida que aqueles atingem os limites legais de tempo de uso. Essa substituição baseia-se no princípio da economicidade em relação aos custos anuais de manutenção, sendo os veículos desativados e destinados a leilão ou doação. Deve-se considerar também o grande desembolso imediato necessário para aquisição de novos veículos em número suficiente para substituir a frota atual.

**3.1.12.** Em outras palavras, a locação mostra-se o modelo mais adequado para o TRE/PB, que não mais terá que arcar com despesas relativas a licenciamento/emplacamento,

seguros, peças de reposição, assessoria jurídica em casos de sinistro, impostos, custos relacionados à ociosidade da frota e investimentos em renovação. Essas responsabilidades passam a ser da empresa contratada, que deverá oferecer, ainda, veículo reserva, assistência 24 horas e cobertura contra perda, roubo, furto ou colisão, evitando, ademais, desgastes desnecessários para a Administração e permitindo a realocação da força de trabalho para outros setores administrativos.

#### **VIII - Providências para adequação do ambiente do órgão:**

Não haverá necessidade de adequação do ambiente do órgão

#### **IX - Estimativas de preços ou preços referenciais:**

##### **4. Estimativa do Valor da Contratação**

4.1. O valor estimado da contratação será obtido por meio de pesquisa de preço que será um anexo do Termo de Referência.

#### **X - Descrição da solução como um todo (preencher caso a solução demande a contratação de várias soluções em separado):**

##### **Descrição da Solução**

**5.1.** Para facilitar a gestão contratual, a solução apresentada consiste na contratação de uma única empresa para a locação de veículos automotores descritos no Grupo I, **novos (0KM) para o item 01, no máximo 03 anos de fabricação para o item 3, para os veículos do item 02 e 04 com no máximo 04 anos de fabricação** e para os **veículos do Grupo II, itens 01 e 02 com no mínimo 06 anos de fabricação**, visando atender às necessidades de transporte do CONTRATANTE. As especificações e condições desta contratação estão resumidas a seguir, divididas por tipo de locação e requisitos adicionais. A descrição completa da solução encontra-se detalhada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares;

##### **5.2. Locação Mensal de Veículos**

###### **5.2.1. Características dos Veículos Locados Mensalmente Grupo 01 (Itens 01 e 02)**

**5.2.1.1.** Quilometragem livre.

**5.2.1.2.** Seguro de proteção total (veículo, terceiro, condutor e passageiros) sem franquia.

**5.2.1.3.** Manutenção preventiva e corretiva inclusa, além de serviços de borracharia, funilaria e pintura, sem custos adicionais para o CONTRATANTE.

###### **5.2.2. Características dos Veículos Locados Mensalmente Grupo 02 (Item 01)**

**5.2.2.1.** Quilometragem livre.

**5.2.2.2.** Seguro de proteção total (veículo, terceiro, condutor e passageiros) sem franquia.

**5.2.2.3.** Manutenção preventiva e corretiva inclusa, além de serviços de borracharia, funilaria e pintura, sem custos adicionais para o CONTRATANTE.

**5.2.3.** Pedidos de veículos disponíveis na Ata de Registro de Preços podem ser aceitos por um período de tempo menor, visando suprir necessidades de curto prazo ou demandas esporádicas do Tribunal;

##### **5.3. Locação por diárias de Veículos**

###### **5.3.1. Características dos Veículos Locados por diárias Grupo 01 (Itens 03 e 04)**

**5.3.1.1.** Veículos com no máximo 03 anos de fabricação para o item 03, 04 anos de fabricação para o item 04, todos sem condutor e sem fornecimento de combustível.

**5.3.1.2. Quilometragem livre.**

**5.3.1.3.** Seguro de proteção total (veículo, terceiro, condutor e passageiros) sem franquia.

**5.3.1.4.** Manutenção preventiva e corretiva inclusa, além de serviços de borracharia, funilaria e pintura, sem custos adicionais para o CONTRATANTE.

**5.3.2. Características dos Veículos Locados por diárias Grupo 02 (Item 02)**

**5.3.2.1.** Veículos com no máximo 06 anos de fabricação, todos sem condutor e sem fornecimento de combustível.

**5.3.2.2. Quilometragem livre.**

**5.3.2.3.** Seguro de proteção total (veículo, terceiro, condutor e passageiros) sem franquia.

**5.3.2.4.** Manutenção preventiva e corretiva inclusa, além de serviços de borracharia, funilaria e pintura, sem custos adicionais para o CONTRATANTE.

**5.3.3.** Pedidos de veículos disponíveis na Ata de Registro de Preços podem ser aceitos por um período de tempo menor, visando suprir necessidades de curto prazo ou demandas esporádicas do Tribunal;

**Especificações Adicionais**

**5.3.1.** A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas de emplacamento, licenciamento, vistorias, aferição de tacógrafos e outras despesas correlatas, mantendo a documentação dos veículos atualizada e enviada ao CONTRATANTE dentro dos prazos legais.

**Padronização dos Veículos**

**5.4.1.** Veículos pertencentes ao mesmo item devem ser da mesma marca/modelo, série, cor e possuir os mesmos equipamentos instalados de fábrica.

**Sistema de Rastreamento e Telemetria**

**5.5.1.** Veículos devem ser equipados com sistema de rastreamento e posicionamento por GPS e telemetria.

**5.5.1.1.** A CONTRATANTE terá acesso ao sistema informatizado para:

a - Verificação dos dados de localização e acompanhamento de trajeto em tempo real.

b - Gerenciamento e emissão de relatórios com histórico de navegação e posicionamento.

c - Relatórios de telemetria (tempo de inatividade com motor ligado, aceleração e frenagem brusca, excesso de velocidade, uso fora do horário permitido, entre outros relatórios correlatos).

**Seguro Automotivo****6.1. Cobertura do Seguro**

**6.1.1.** Seguro de proteção total contratado pela CONTRATADA, sem franquia para o CONTRATANTE, cobrindo acidentes com perda total, roubo, furto, incêndio, terceiros, vidros, assistência 24 horas, reboque e táxi, além de danos pessoais e materiais.

**6.1.2.** Coberturas mínimas:

**6.1.2.1.** Danos materiais: R\$ 150.000,00.

**6.1.2.2.** Danos corporais: R\$ 100.000,00 por pessoa.

**6.1.2.3.** Acidente pessoal de passageiro (morte e invalidez permanente): R\$ 5.000,00 por pessoa.



## **Providências e Assistência**

**7.1.** A CONTRATADA deve adotar todas as providências necessárias em caso de acidente e informar imediatamente ao CONTRATANTE.

**7.1.1.** Serviços de assistência 24 horas, todos os dias da semana, incluindo reboque, táxi ou carro reserva.

## **Adesivos**

**8.1.** Veículos devem ser adesivados conforme modelo e padrão fornecido pelo Órgão.

**8.2.** Utilitário: adesivos nas portas dianteira e o Caminhão baú: adesivos nas portas laterais dianteiras e em uma das portas traseiras.

**8.3.** Exceção para Veículos de Representação que não serão adesivados;

## **Veículo Reserva**

**9.1.** Reposição de Veículos

**9.2.** Reposição imediata de veículos modelo sedan.

**9.3.** Condições de Substituição: Veículos reservas podem ser temporariamente substituídos por veículos de igual nível ou superior na cor contratada, e excepcionalmente nas cores cinza escuro e azul escuro. Se o período de substituição for superior a 2 dias úteis, o veículo reserva deve ser substituído por um de cor preta.

## **Exceções para Caminhão Baú**

**10.1.** Reposição de veículo modelo Caminhão baú somente se o período de substituição for superior a 5 dias úteis.

## **Renovação da Frota**

**11.1.** Prazos de Renovação

**11.1.1.** Veículos sedan e utilitários: renovação a cada 24 meses de uso.

**11.1.2.** Caminhão baú: obedecer ao critério de no mínimo 06 anos de fabricação.

## **Condições de Renovação**

**12.1.** Frota do mesmo item deve ser renovada simultaneamente.

**12.2.** Não será necessária a renovação de veículos adicionados por aditivos de acréscimo ao contrato se o período de uso for inferior a 6 meses.

## **Controle de Multas**

**13.1.** Responsabilidade da CONTRATADA

**13.1.1.** Recebimento e encaminhamento das notificações de infração de trânsito ao CONTRATANTE com antecedência mínima de 15 dias úteis antes do fim do prazo para apresentação de recurso ou indicação do motorista infrator.

**13.2. Responsabilidade do CONTRATANTE**

**13.2.1.** Encaminhamento das notificações preenchidas e com documentação necessária dentro do prazo.

**13.2.2.** Pagamento de Multas

**13.2.3.** A CONTRATADA pode efetuar o pagamento das multas e solicitar reembolso através de depósito identificado, desde que o valor considere o desconto para pagamento antes do vencimento.

**Recebimento do Objeto****14.1. Prazos de Entrega**

**14.1.1.** Veículos Sedan e utilitários: 30 dias corridos.

**14.1.2.** Veículo modelo Caminhão baú: 60 dias corridos.

**Condições de Entrega**

**15.1.** Veículos devem ser entregues com documentação de licenciamento, adesivados conforme padrão e com sistema de rastreamento e telemetria em funcionamento.

**15.2.** Entrega preferencialmente na cidade de João Pessoa/PB, com alternativas em Campina Grande/PB e Patos/PB.

**Recebimento Provisório e Definitivo**

**16.1.** Recebimento provisório em 15 dias para verificação de conformidade.

**16.2.2.** Recebimento definitivo em 30 dias após a verificação da qualidade e quantidade do material.

**16.3.** A responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato permanece mesmo após o recebimento definitivo.

**XI - Justificativas para o não parcelamento da solução quando necessária para individualização do objeto (preencher, somente quando houver necessidade da contratação de vários itens de forma agrupada):**

**17.1.** Foi realizada uma análise criteriosa sobre a viabilidade do parcelamento do objeto por itens. No entanto, tal alternativa foi descartada por razões técnicas e de fiscalização, conforme descrito a seguir:

**17.1.1.** O parcelamento em diversos contratos com características distintas comprometeria a otimização da execução contratual, considerando a interdependência dos veículos envolvidos, exigindo gestão logística unificada.

**17.1.2.** A fragmentação do objeto aumentaria significativamente a complexidade da fiscalização, exigindo acompanhamento detalhado de múltiplos contratos e fornecedores, o que oneraria a equipe e comprometeria a eficácia do controle administrativo.

**17.2.** Diante dos desafios apresentados e para facilitar a gestão contratual, a solução apresentada consiste na contratação de uma única empresa por Grupo.

**XII - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:**

**18.1.** Disponibilizar veículos para atender com eficiência e regularidade às demandas de deslocamento de magistrados, servidores, colaboradores e transporte de materiais, evitando prejuízos ao erário.

**18.2.** Renovar a frota de representação (Sedan), substituindo veículos antigos dos gabinetes da Presidência, Vice-Presidência e Membros, bem como substituir os veículos Doblô da frota própria, com mais de 12 anos de uso e garantir o suporte logístico em período eleitoral com caminhões-baú.

### **XIII - Objeto:**

#### **Definição do objeto**

Contratação de empresa especializada (Locadora) para a prestação dos seguintes serviços de locação de veículos:

- Locação mensal de veículos sem condutor, por prazo mínimo de 24 meses.
- Não haverá fornecimento de combustível.
- Quilometragem livre.
- Cobertura de seguro proteção total (veículo, terceiros, condutor e passageiros) sem franquia.
- Serviços de manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada.
- Serviço de borracharia por conta da contratada.
- Serviços de funilaria e pintura por conta da contratada.
- Locação de veículos por diária para eventuais demandas
- Deverá ser contratado uma única empresa por grupo para facilitar a gestão contratual.

**Tabela do grupo 01:**

<b>Grupo 01 - Sedan, Utilitário e Carga</b>				
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>CATSE R</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
01	Veículo Sedan (cor preta)	4014	Unidades	06
02	Veículos utilitários Tipo camioneta cabine dupla 05 passageiros (cor branca)	4014	Unidades	08
03	Locação de veículos Sedan (cor Preta) por diárias	4014	Diárias	50
04	Locação Veículos	4014	Diárias	50

utilitários Tipo camioneta cabine dupla 05 passageiros (cor branca) por diárias			
--	--	--	--

1)

**Tabela do grupo 02:**

<b>Grupo 01 - Sedan, Utilitário e Carga</b>				
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>CATSE R</b>	<b>UNIDA DE DE MEDID A</b>	<b>QUANTI DADE</b>
01	Veículo Caminhão Baú	4014	Unidades	04
02	Locação de Caminhão Baú por diárias	4014	Diárias	60

**20.1. ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DO OBJETO GRUPO 01 - ITENS 01 e 03****20.1.1.** Veículo Sedan, 3 volumes;**20.1.2.** Para o item 01, veículos 0 km de ano e modelo de fabricação igual ou posterior à data do pedido de fornecimento e em pleno processo de fabricação;**20.1.3.** Para o item 03, (veículos de locação diária, será admitido com no máximo 03 anos de fabricação**20.1.4.** Cor preta (utilização padrão dos veículos de representação deste TRE/PB);**20.1.5.** Motor com potência mínima de 150 (cento e cinquenta) CV com, no mínimo 19 mkgf de Torque; mínimo de 16 válvulas e Alimentação bicomustível (Álcool e Gasolina) nos termos da Lei nº 9.660, de 1998;**20.1.6.** Transmissão: automática (hidráulica) ou CVT (Continuous Variable Transmission) ou Dupla Embreagem (automático de dupla embreagem).**20.1.7.** Direção assistida (hidráulica ou elétrica) com volante com regulagem de altura e profundidade;**20.1.8.** Sistema de freio a disco nas 4 rodas com ABS (Anti-lock Braking System) e EBD (Eletronic Brake Force Distribution);**20.1.9.** Distância entre eixos mínima de 2.700mm, proporcionando maior espaço interno, com comprimento total mínimo de 4.600mm e largura mínima de 1.750mm;**20.1.10.** Capacidade para 5 pessoas (incluindo o motorista) com 4 (quatro) portas laterais e 1 (uma) porta para acesso ao porta-malas;**20.1.11.** Tanque de combustível com capacidade mínima de 55 litros;

- 20.1.12.** Porta Malas com capacidade mínima de 470 litros (para melhor acomodação das malas de todos os ocupantes);
- 20.1.13.** Revestimento dos vidros com película permitida pela legislação de trânsito;
- 20.1.14.** Mínimo de 04 airbags (sendo frontais, laterais, traseiros ou de cortina) com barras laterais de proteção contra impactos;
- 20.1.15.** Ar-condicionado integrado de fábrica, sendo este, devido ao clima local, item de extrema necessidade;
- 20.1.16.** Sistema de alarme ou dispositivo antifurto com acionamento remoto;
- 20.1.17.** Sistema de som multimídia, antena e, no mínimo, 4 (quatro) alto-falantes;
- 20.1.18.** Vidros com acionamento elétrico nas 4 (quatro) portas com fechamento por telecomando na chave do veículo;
- 20.1.19.** Encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros com regulagem de altura para todos os ocupantes;
- 20.1.20.** Espelhos retrovisores externos com acionamento interno elétrico;
- 20.1.21.** Rodas de liga leve originais de fábrica e de linha de montagem sem adaptações, conforme Lei Nº 9.503/1997 e CBT; Estepe original de fábrica e de linha de montagem, sem adaptações;
- 20.1.22.** Jogo de tapetes emborrachados;
- 20.1.23.** Para-brisas que atenda aos termos do art. 2º da Resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares, Película térmica no para-brisa e nos vidros laterais e traseiro, com transparência mínima prevista em lei, atendendo aos termos do art. 20 da Resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 254/2007 e da NBR 9491 e suas normas complementares (Transparência mínima de: 75% no para-brisas, 70% nos vidros laterais dianteiros e 28% nos vidros laterais traseiros e 28% no vidro traseiro);
- 20.1.24.** Garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses a contar do recebimento definitivo do veículo independente da quilometragem;
- 20.1.25.** Possuir emissão de poluentes que atenda às exigências da Tabela de Eficiência Energética do INMETRO, Possuir eficiência energética e consumo de combustível que atendam ao Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE), do INMETRO; Equipado com os demais itens de série e acessórios de segurança exigidos por lei.
- 20.1.26.** Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.
- 20.1.27.** Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, complementações e alterações Supervenientes.

## **20.2. ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DO OBJETO GRUPO 01 - ITEM 02 e 04**

### **20.2.1. AUTOMÓVEIS TIPO UTILITÁRIO PARA TRANSPORTE DE PESSOAS e cargas.**

Expectativa mínima de locação de 02 (dois) veículos.

#### **Especificações:**

##### **20.2.2. Motor biodiesel**

##### **20.2.3. Capacidade mínima para 05 (cinco) pessoas;**

##### **20.2.4. Sistema de ar-condicionado integrado de fábrica, sendo este, devido ao clima local, item de extrema necessidade;**

##### **20.2.5. Direção hidráulica, eletro-hidráulica ou elétrica;**

**20.2.6.** PPintura na cor branca, com opção alternativa na cor preta, que será definida pela Administração

**20.2.7.** Sistema de injeção eletrônica;

**20.2.8.** Freios hidráulicos a pedal, dianteiro a disco ventilado, traseiro a tambor com sapata, no mínimo;

**20.2.9.** Capacidade de carga mínima de 1.000 kg para melhor adequar transporte de bagagens e equipamentos necessários para atender as unidades da Justiça Eleitoral;

**20.2.10.** Transmissão manual/automática;

**20.2.11.** Pneus rodas: mínimo 245/70, R16;

**20.2.12.** Central multimídia;

**20.2.13.** Portas: no mínimo 04 (quatro) portas, contendo no mínimo 01 (uma) traseira para o compartimento de carga;

**20.2.14.** Protetor de Câter e Tapetes de borracha de salão;

**20.2.15.** Ano de fabricação com no máximo 04 anos;

**20.2.16.** Revestimento dos vidros com película e acionamento elétrico nas 4 (quatro) portas;

**20.2.17.** Capota marítima;

**20.2.18.** Santo Antônio;

**20.2.19.** Todos os equipamentos de segurança exigidos por lei, tais como: triângulo de sinalização, chave de roda, cintos de segurança para todos os passageiros e pneu de suporte;

**20.2.19.** Manutenção, seguro, emplacamento e sistema de rastreamento por conta da locadora;

**20.2.20.** O modelo deve estar em plena linha de fabricação;

**20.2.21.** Assistência técnica em todo território nacional;

**20.2.22.** O veículo deverá estar de acordo com as normas do PROCONVE - Programa de Controle de Poluição de Ar por Veículos Automotores, Resolução 415/2009 do CONAMA;

### **20.3. ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DO OBJETO GRUPO 02 ITENS 01 e 02**

**20.3.1.** Capacidade de carga: Até 6 toneladas.

**20.3.2.** Peso bruto total (PBT): 16 toneladas.

**20.3.3.** Eixos: Dois eixos, um frontal e um traseiro.

**20.3.4.** Comprimento: 14 metros.

**20.3.5.** Baú entre 6 e 8 metros de comprimento, largura mínima de 2,5 m e altura em torno de 2,5 a 2,80 metros.

**20.3.6.** Ano de fabricação com no máximo 06 anos.

**20.3.7.** Sistema de ar-condicionado integrado de fábrica, sendo este, devido ao clima local, item de extrema necessidade;

**20.3.8.** Direção hidráulica, eletro-hidráulica ou elétrica;

**20.3.9.** Sistema de injeção eletrônica;

**20.3.10.** Revestimento dos vidros com película e acionamento elétrico nas 2 (duas) portas;

**20.3.11.** Todos os equipamentos de segurança exigidos por lei, tais como: triângulo de sinalização, chave de roda, cintos de segurança para todos os passageiros e pneu de suporte;

**20.3.12.** Manutenção, seguro, emplacamento e sistema de rastreamento por conta da locadora;

## **21 Vigência da Ata de Registro de Preços.**

**21.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada desde que seja comprovada o preço vantajoso.

**21.2.** Será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços resultante deste procedimento licitatório.

**21.3.** Ficam restabelecidos, quando da prorrogação da Ata de Registro de Preços, os quantitativos originalmente registrados para este TRE/PB;

**21.4.** Os valores registrados da locação mensal e diárias poderão, na prorrogação, serem reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**21.4.1.** A escolha pelo IPCA-IBGE se deu por se tratar do índice oficial de inflação do Brasil, adotado pelo Governo Federal, se tratando de referência para as metas de inflação e para as alterações na taxa de juros.

## **23 Justificativa para a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP)**

23.1. A adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)** foi justificada com base no Art. 3º, incisos I e IV do Decreto nº 11.462/2023.

23.2. A utilização do SRP é pertinente pelos seguintes motivos:

### **23.2.1. Necessidade de contratações permanentes ou frequentes (inciso I):**

O objeto desta contratação se refere a bens e/ou serviços de consumo contínuo e recorrente. A demanda da Administração por esses itens é constante ao longo do ano, o que torna o SRP a ferramenta mais eficiente para garantir a disponibilidade sem a necessidade de múltiplos e custosos processos licitatórios.

**23.2.2. Execução descentralizada (inciso IV):** A contratação visa atender demandas de diferentes setores e unidades da Administração, conforme a legislação aplicável. O SRP permite uma execução mais ágil e descentralizada, facilitando a aquisição dos itens por diversas áreas de forma padronizada e com preços pré-fixados.

**23.2.3.** A adoção do SRP se alinha, portanto, com a necessidade de garantir a eficiência, a economia e a agilidade nos processos de aquisição, atendendo às exigências operacionais e legais da Administração.

## **XIV - Declaração da viabilidade ou não da contratação:**

A equipe de planejamento declara **viável** a contratação proposta.

**CLÓVIS DE OLIVEIRA FILHO**  
**CHEFE DA SEÇÃO DE TRANSPORTE**



Documento assinado eletronicamente por CLÓVIS DE OLIVEIRA FILHO em 24/01/2026, às 08:06, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**JOSÉ MARCONI DE ANDRADE MOREIRA**  
**TÉCNICO JUDICIÁRIO**



Documento assinado eletronicamente por JOSÉ MARCONI DE ANDRADE MOREIRA em 25/01/2026, às 09:21, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**MÁRIO CÉZAR DELGADO RÉGIS**  
**CHEFE DA SEÇÃO DE COMPRAS**



Documento assinado eletronicamente por MÁRIO CÉZAR DELGADO RÉGIS em 26/01/2026, às 07:57, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=2291211&crc=DEA6A0D4](https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2291211&crc=DEA6A0D4), informando, caso não preenchido, o código verificador **2291211** e o código CRC **DEA6A0D4**..





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026  
(Processo SEI n.º 0003034-42.2025.6.15.8000)**

**ANEXO IV**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**



**Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba**  
Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

## MINUTA - SECOMP

**PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº XX/2025**

**(Processo Nº 0003034-42.2025.6.15.8000)**

**Ata de Registro de Preços Nº XX/2025**

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR (UASG: 070009), CNPJ Nº 06.017.798/0001-60, com sede na Avenida Princesa Isabel, nº 201 – Centro – João Pessoa/PB, CEP 58.020-911, neste ato representado pela Secretária de Administração, **ALESSANDRA MOTA DE MENEZES**, nomeada pela Portaria nº 73/TRE/PB/PTRE/ASPRE, de 1º de abril de 2025, publicada no DOU de 02 de abril de 2025, Seção 2, página 64, no uso das suas atribuições, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº XX/2025**, publicada no DOU em xx/xx/xxx, **processo administrativo SEI n.º 0003034-42.2025.6.15.8000**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no **Edital de Licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a eventual **contratação do serviço de locação de veículos**, conforme especificado no Termo de Referência nº 02/2025 - TRE-PB/PTRE/DG/SAD/COSEG/SETRAN, anexo nº I, do Edital de Licitação, Pregão Eletrônico nº XX/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, o(s) fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

<b>Fornecedor:</b>	
<b>CNPJ:</b>	<b>Telefone:</b>
<b>Endereço:</b>	<b>E-mail:</b>
<b>CEP:</b>	
<b>Representante Legal:</b>	
<b>CPF nº</b>	

Item	Descrição/Especificação	Unidade	Quantidade Total de Veículos para Registro	Valor Mensal Por Veículo (R\$)

Item	Descrição/Especificação	Unidade	Quantidade Diária Registrada	Valor Unitário da Diária (R\$)

**2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata, se for o caso.**

### **3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1 O órgão gerenciador será o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA, CNPJ nº 06.017.798/0001-60, com sede na Avenida Princesa Isabel, 201, Bairro Centro, na cidade de João Pessoa/PB, CEP 58.020-911, telefone nº 3512-1200.

3.2 Além do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, *não há [ou]* São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.**

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **Dos limites para as adesões**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de

cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

**5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, havendo possibilidade de prorrogação por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.**

**5.1.1 Em caso de prorrogação, serão restabelecidos os quantitativos inicialmente registrados, cujos valores poderão ser reajustados mediante a aplicação do índice previsto no Termo de Referência.**

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.3.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos totais do adjudicatário, uma vez que o edital não permitiu a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital*;

5.3.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.3.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.3.2.2 Mantiverem sua proposta original.

5.3.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.4 O registro a que se refere o item 5.3.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.5 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.6 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.6.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.7 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observando o item 5.3.2 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.3.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.11.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.11.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data do orçamento estimado, aplicando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e divulgado pelo IBGE. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação em vigor, à época, e, na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento dos preços.**

6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1 Por razão de interesse público;

9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no **edital do Pregão Eletrônico nº XXI/2025**.

10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, **ANEXO XX do Edital do Pregão Eletrônico nº XXI/2025**.

11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3 Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/PB, denominado SEI -Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação;

11.4 Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da data da comunicação expedida.

11.5 Caso não haja recebimento expresse, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

## 12. DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Justiça Federal em João Pessoa/PB, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, Mário Cezar Delgado Régis, Chefe da Seção de Compras, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular fornecedor.

**ALESSANDRA MOTA DE MENEZES**

Secretária de Administração do TRE/PB

**Representante Legal**

Empresa

### **Empresa Contratada:**

**CNPJ:**

**Endereço:**

**Telefone:**

**E-mail:**

**Representante Legal:**

**CPF nº**

**MÁRIO CÉZAR DELGADO RÉGIS**  
**CHEFE DA SEÇÃO DE COMPRAS**



Documento assinado eletronicamente por MÁRIO CÉZAR DELGADO RÉGIS em 03/10/2025, às 09:54, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=2203192&crc=81370F83](https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2203192&crc=81370F83), informando, caso não preenchido, o código verificador 2203192 e o código CRC 81370F83..





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026  
(Processo SEI n.º 0003034-42.2025.6.15.8000)**

**ANEXO V**

**MINUTA DO CONTRATO**

**Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba**

Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

**MINUTA - SECONT**

Processo SEI n.º 0003034-42.2025.6.15.8000

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS QUE  
FAZEM ENTRE SI O TRIBUNAL REGIONAL  
ELEITORAL DA PARAÍBA E A EMPRESA  
\_\_\_\_\_.

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ do ano de dois mil e vinte e seis, compareceram, de um lado, o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**, CNPJ Nº 06.017.798/0001-60, com foro na cidade de João Pessoa, situado na Av. Princesa Isabel, nº 201, Tambiá, Estado da Paraíba, CEP 58.020-911, neste ato representado por sua Secretária de Administração, **ALESSANDRA MOTA DE MENEZES**, brasileira, casada, CPF nº \_\_\_\_\_.XXX.\_\_\_\_-XX, doravante designado **CONTRATANTE** ou simplesmente **TRE-PB** e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, CEP.: \_\_\_\_\_, telefone: \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_.XXX.\_\_\_\_-XX, daqui por diante designada **CONTRATADA**, que têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e de conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.462/2023 e demais legislação aplicável, o presente **CONTRATO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação mensal de veículos automotores, bem como locação **por diária para eventuais demandas**, sem condutor, sem fornecimento de combustível, com quilometragem livre, com seguro proteção total (veículo, terceiros, condutor e passageiros) sem franquias, com manutenção preventiva e corretiva, serviço de borracharia, funilaria e pintura, a ser executado de acordo com o especificado na **Ata de Registro de Preço nº \_\_\_\_/2026 TRE-PB** e no **Termo de Referência nº 02/2025 - SETRAN**, Anexo I do **Pregão Eletrônico nº 90003/2026 TRE-PB**, que passam a fazer parte integrante deste ajuste, independentemente de transcrição.

**Tabela do grupo 01**

Grupo 01 - Sedan, Utilitário e Carga				
I T	ESPECIFICA ÇÃO	CAT SER	UNID ADE	QUAN TIDAD

<b>E M</b>			<b>DE MEDI DA</b>	<b>E</b>
01	Veículo Sedan (cor preta)	4014	Unidades	
02	Veículos utilitários Tipo camioneta cabine dupla 05 passageiros (cor branca)	4014	Unidades	
03	Locação de veículos Sedan (cor Preta) por diárias	4014	Diárias	
04	Locação Veículos utilitários Tipo camioneta cabine dupla 05 passageiros (cor branca) por diárias	4014	Diárias	

**Tabela do grupo 02**

<b>Grupo 02 - Carga</b>				
<b>I T E M</b>	<b>ESPECIFICA ÇÃO</b>	<b>CAT SER</b>	<b>UNID ADE DE MEDI DA</b>	<b>QUAN TIDAD E</b>
01	Veículo Caminhão Baú	4014	Unidades	
02	Locação de Caminhão Baú por diárias	4014	Diárias	

1.2 - Os serviços serão prestados de acordo com o detalhamento previsto nos itens 1 e 8 do Termo de Referência nº 02/2025 - SETRAN, que faz parte do presente contrato.

1.3 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) o Termo de Referência;
- b) a Proposta do contratado;
- c) o Edital da licitação;
- d) eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

2.2 - O modelo de execução do objeto está descrito no item 14 do Termo de Referência nº 02/2025 - SETRAN.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE**

3.1 - O CONTRATANTE se obriga a:

- a) promover, através do gestor e dos fiscais do contrato designados pela administração, o acompanhamento e a fiscalização do serviço, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;
- b) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos representantes e prepostos da CONTRATADA;
- c) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- d) observar para que, durante a vigência contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- e) proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades necessárias ao bom cumprimento das obrigações ajustadas;
- f) comunicar à CONTRATADA formal e imediatamente problemas ou dificuldades relacionadas à prestação do serviço contratado;
- g) notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- h) efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência e neste contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

4.1 - A gestão do presente contrato e a fiscalização dos serviços serão realizadas de acordo com o estabelecido no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, bem como na Portaria nº 18/2018-SAO/DG, do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

4.2 - Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços ajustados, diretamente ou por prepostos designados.

4.3 - Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa, conforme especificado no Termo de Referência.

4.4 - O modelo de gestão do contrato está descrito no item 15 do Termo de Referência nº 02/2025 - SETRAN.

## **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 – Sem prejuízo de outros encargos previstos no Termo de Referência nº 02/2025 - SETRAN que norteou a presente contratação, constituem obrigações específicas da CONTRATADA:

- a) prestar o serviço contratado em plena conformidade com o estabelecido neste instrumento, no Termo de Referência nº 02/2025 – SETRAN e na Ata de Registro de Preço n.º \_\_\_\_/2026;
- b) arcar com todas as despesas de emplacamento, licenciamento, vistorias, aferição de tacógrafos e outras despesas correlatas, mantendo a documentação dos veículos atualizada e enviada ao CONTRATANTE dentro dos prazos legais;
- c) equipar os veículos com sistema de rastreamento e posicionamento por GPS e telemetria;
- d) fornecer os veículos com seguro de proteção total contratado pela CONTRATADA, sem franquia para o CONTRATANTE, cobrindo acidentes com perda total, roubo, furto, incêndio, terceiros, vidros, assistência 24 horas, reboque e táxi, além de danos pessoais e materiais;
- e) adotar todas as providências necessárias em caso de acidente e informar imediatamente ao CONTRATANTE;
- f) disponibilizar serviços de assistência 24 horas, todos os dias da semana, incluindo reboque, táxi ou carro reserva;
- g) receber e encaminhar as notificações de infração de trânsito ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 15 dias úteis, antes do fim do prazo para apresentação de recurso ou indicação do motorista infrator;
- h) entregar os veículos com documentação de licenciamento, adesivados conforme padrão e com sistema de rastreamento e telemetria em funcionamento;
- i) indicar 01 (um) representante legal, dedicado ao relacionamento com a CONTRATANTE, que deverá possuir o conhecimento e a capacidade profissional necessária, bem como ter autonomia e autoridade para resolver qualquer assunto relacionado com os serviços contratados, verificar o bom andamento dos mesmos, zelar pela disciplina do pessoal executante e pelo seu aprimoramento;
- j) manter durante a vigência do contrato estabelecimento que possibilite a realização da substituição dos veículos locados por veículos reservas quando necessário, de acordo com situações previstas no Termo de Referência, dentro de um raio de 10km da sede do TRE/PB localizada na Av. Princesa Isabel, 201 - Bairro de Tambiá - CEP 58020-528 - João Pessoa (PB);
- k) reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- l) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- m) relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- n) obedecer, na prestação dos serviços, a toda a legislação pertinente;
- o) manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do Tribunal que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;

- p) não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do fornecimento contratado, sem prévia autorização do Tribunal;
- q) manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições exigidas para a contratação;
- r) responder pelos danos causados ao TRE/PB ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços contratados;
- s) apresentar, juntamente com a NOTA FISCAL/FATURA do serviço executado, prova da regularidade fiscal para com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e com a Fazenda Federal, através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, bem como a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), **caso estes documentos não estejam disponíveis no SICAF e no sítio da Justiça do Trabalho.**
- t) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato sem a prévia anuência do CONTRATANTE;
- u) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- v) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, quando solicitado pelo Contratante;
- w) Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- x) Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- y) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- z) Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- aa) Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- bb) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- cc) Responder solidariamente por atos e omissões de eventual empresa subcontratada que resultem em descumprimento da legislação trabalhista.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES PARTICULARES

6.1 - O CONTRATANTE não se responsabilizará por quaisquer serviços que venham a ser executado pela CONTRATADA, sem que tenha sido previsto no contrato ou fora de sua vigência;

6.2 - É assegurada ao CONTRATANTE a faculdade de exigir, a qualquer tempo, da CONTRATADA documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os

encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato;

6.3 - Havendo divergência entre o contrato e o termo de referência, prevalecerá o constante neste último.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO

7.1 - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços objeto deste contrato, os valores descritos abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR MENSAL R\$
01	Veículo Sedan (cor preta)	Unidades	06		
02	Veículos utilitários Tipo camioneta cabine dupla 05 passageiros (cor branca)	Unidades	08		
03	Locação de veículos Sedan (cor Preta) por diárias	Diárias	50		
04	Locação Veículos utilitários Tipo camioneta cabine dupla 05 passageiros (cor branca) por diárias	Diárias	50		

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR MENSAL R\$
------	---------------	-------------------	------------	--------------------	------------------

01	Veículo Caminhão Baú	Unidades	04		
02	Locação de Caminhão Baú por diárias	Diárias	60		

7.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1 - O pagamento será efetuado, mensalmente, através de OBC - Ordem Bancária de Crédito, OBB - Ordem Bancária para Banco ou Ordem Bancária para Pagamento de Faturas com Código de Barras, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos do artigo 7º da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

8.1.1 - O prazo de que trata o item anterior **será reduzido à metade**, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021](#).

8.1.2 - A Nota Fiscal/Fatura/Boleto Bancário com código de barras, relativo ao serviço efetivamente prestado, deverá ser apresentado no Protocolo Geral do TRE/PB até o último dia do mês do faturamento, acompanhado da declaração de conta-corrente própria, na qual deseja receber o referido pagamento, com a identificação da instituição financeira, nome e prefixo da agência correspondente;

8.1.3 - A comprovação da regularidade fiscal, para o pagamento, será verificada por meio do SICAF e do sítio da Justiça do Trabalho;

8.1.3.1 - Na impossibilidade de o CONTRATANTE ter acesso ao SICAF e/ou ao sítio da Justiça do Trabalho, a comprovação da regularidade fiscal deverá ser realizada mediante a apresentação, pela CONTRATADA, da regularidade fiscal para com a Seguridade Social (CND), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), as Fazendas Municipal e Federal, sendo esta através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, bem como a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

8.1.4 - A Nota Fiscal/Fatura será analisada pelo respectivo Gestor e atestada, se for o caso;

8.1.4.1 - Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á, após a regularização da situação e/ou reapresentação da nota fiscal/fatura, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

8.1.4.2 - O CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta/nota de empenho, sob pena de não ser efetuado o pagamento;

8.2 - O CONTRATANTE se reserva ao direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação da nota fiscal/fatura por parte do gestor do contrato, este verificar que o serviço foi executado em desacordo com o especificado no ajuste;

8.3 - O CONTRATANTE poderá reter ou glosar o pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA:



8.3.1 - Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida a atividade contratada.

8.3.2 - Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.4 - Caso a CONTRATADA tenha o recolhimento dos encargos relativos ao FGTS centralizado, o documento comprobatório de autorização para a centralização dos recolhimentos deverá ser apresentado à Administração;

8.5 - Havendo atraso no pagamento de suas obrigações, o TRE/PB procederá à atualização financeira diária de seus débitos, onde os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, conforme a seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX / 100)}{365}$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

**onde:**

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP - Valor da parcela em atraso

8.6 - Os critérios de pagamento estão descritos no item 16 do Termo de Referência nº 02/2025 - SETRAN.

## **CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE**

9.1 - Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.2 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, **impulsionado pelo gestor do contrato**, os preços iniciais da locação mensal e das diárias serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

10.1 - O prazo de vigência deste contrato é **de 24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

10.2 - A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

10.3 - O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

10.4 - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

10.5 - Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES**

11.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

11.2 - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

11.4 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I - Unidade Gestora: SETRAN

II - Elemento de Despesa:

III - Programa de Trabalho:

IV - Plano Interno:

V - Nota de Empenho:

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 - As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no item 18 do Termo de Referência nº 02/2025 - SETRAN.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA**

14.1 - A CONTRATADA deverá apresentar garantia **de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato**, cabendo-lhe optar por uma das modalidades constantes no art. 96, § 1º da Lei n. 14.133/2021, quais sejam:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

**14.1.1. Para a modalidade de seguro-garantia, o prazo para apresentação é de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.**

14.1.1.1. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

**14.1.2. Para as demais modalidades, deverá apresentá-la no prazo máximo de 10 dias corridos,** prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, **contados da assinatura do Contrato.**

14.1.3. Somente serão aceitas garantias nas modalidades seguro-garantia e fiança bancária emitidas por instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados e pelo Banco Central do Brasil, respectivamente.

**14.1.4. Se a garantia for prestada na modalidade seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término da vigência contratual.**

14.2 - A garantia prestada pela CONTRATADA, em qualquer modalidade, deverá assegurar o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada, bem como obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

14.3 - Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem, expressamente, os eventos indicados nos itens "a" a "c" do item anterior, observada a legislação de regência.

14.4 - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante.

14.5 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.6 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

14.7 - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

14.8 - Será considerada extinta a garantia:

- a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, emitido pelo Gestor/Comissão de gestão do Contrato, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso o CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.

14.9 - A contratada obriga-se a apresentar nova garantia, conforme o caso, no prazo máximo de 10 (dez) dias, antes do seu vencimento, ou da redução do seu valor em razão de aplicação de quaisquer penalidades, ou da assinatura do termo aditivo que implique na

elevação do valor do contrato e na prorrogação, mantendo-se o percentual estabelecido no item 14.1 desta cláusula.

14.10 - A garantia de que trata esta cláusula somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, se for o caso.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018**

15.1 - A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

15.2 - Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como números do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.

15.3 - As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei no 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

15.4 - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

15.5 - A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

15.6 - As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

15.7 - As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

16.1 - O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado.

16.2 - Ficará o presente contrato extinto ainda, a juízo da Administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

17.1 - O presente contrato tem apoio legal no **Pregão Eletrônico nº 90003/2026 – TRE/PB** e reger-se-á por suas cláusulas e pelos termos da proposta da firma vencedora,

bem como pela Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023, e foi celebrado de acordo com o contido no Processo SEI nº 0003034-42.2025.6.15.8000.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE**

18.1 - Os critérios de sustentabilidade estão descritos no item 9 do Termo de Referência nº 02/2025 - SETRAN.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

19.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS**

20.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PUBLICAÇÃO**

21.1 - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO**

22.1 - Para dirimir questões deste Contrato fica nomeado o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária da Paraíba, nesta Capital.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado e assinado eletronicamente pelas partes.

João Pessoa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

**MICHELLY PALMEIRA MEDEIROS**  
**ANALISTA JUDICIÁRIO**

---



Documento assinado eletronicamente por MICHELLY PALMEIRA MEDEIROS em 30/01/2026, às 08:00, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=2297307&crc=171AFE9C](https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2297307&crc=171AFE9C), informando, caso não preenchido, o código verificador **2297307** e o código CRC **171AFE9C**..

0003034-42.2025.6.15.8000

2297307v1

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026**  
**(Processo SEI n.º 0003034-42.2025.6.15.8000)**

**ANEXO VI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO  
DISPOSTO NO ART. 3º DA RESOLUÇÃO Nº 07 DO CNJ**

**DECLARAÇÃO**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARO, para fins do disposto no art 3º da Resolução do CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, com a nova redação que lhe foi dada pela Resolução do CNJ nº 09 do CNJ e conforme o entendimento daquele Conselho exposto na alínea “a” do Enunciado Administrativo nº 01, que a nossa empresa não tem e nem contratará *DIRETORES* e *OCUPANTES DE FUNÇÃO DE GESTÃO DA EMPRESA*, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/PB, durante o período de vigência do contrato decorrente deste certame.**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026**  
**(Processo SEI n.º 0003034-42.2025.6.15.8000)**

**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO  
DISPOSTO NO ARTIGO 4º DA RESOLUÇÃO Nº 156 DO CNJ**

**DECLARAÇÃO**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARO, para fins do disposto no artigo 4º da Resolução nº 156, de 08 de agosto de 2012 do CNJ, que a nossa empresa não colocará empregados para o exercício de funções de chefia que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da mencionada Resolução, devendo tal condição ser mantida durante todo o contrato.**



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026**  
**(Processo SEI n.º 0003034-42.2025.6.15.8000)**

**ANEXO VIII**

**MODELO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS  
INFORMAÇÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA – CONTRATAÇÕES**

Anexo do Contrato nº \_\_\_\_\_, celebrado entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, e a empresa \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, nesse ato representada por \_\_\_\_\_, inscrita(o) no CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, apresenta o presente Termo de Responsabilidade e Confidencialidade das Informações, obrigando-se a não divulgar, sem autorização do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, segredos e informações produzidos, recebidos e custodiados pelo TRE-PB, bem como informações sobre quaisquer assuntos de que tomar conhecimento em razão da execução desta contratação, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições.

Cláusula Primeira – A Contratada reconhece que, com a aceitação do presente termo, as atividades desenvolvidas envolvem contato com informações restritas ou sigilosas. Essas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas não autorizadas sem a expressa autorização do TRE-PB, comprometendo-se a Contratada a manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRE-PB ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços contratados, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, sem prejuízo da responsabilidade penal de quem tenha descumprido as obrigações assumidas.

Cláusula Segunda – A Contratada reconhece que, em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, esta deverá ser tratada sob sigilo, até que venha a ser autorizado, pelo TRE-PB, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma o silêncio do TRE-PB deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos.

Cláusula Terceira – A Contratada obriga-se a informar ao TRE-PB, imediatamente, qualquer violação das regras de sigilo por parte dela, de qualquer de seus empregados e empregadas ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes.

Cláusula Quarta – As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre a Contratada e o TRE-PB.

Cláusula Quinta – Caso a revelação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte notificada se compromete a avisar à outra, para que possa tomar todas as medidas preventivas para proteger as informações. Nesse caso, a parte deverá revelar apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações e em que extensão serão reveladas.

Cláusula Sexta – A Contratada compromete-se a dar ciência do teor do presente termo aos empregados e empregadas alocadas na prestação dos serviços contratados, mediante assinatura Declaração de Ciência, conforme modelo anexo.

Cláusula Sétima – A celebração do Termo de Responsabilidade e Confidencialidade das Informações e da Declaração de Ciência não prejudica nem dispensa a celebração de outros instrumentos de responsabilidade e compromisso previstos para contratações específicas.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026**  
**(Processo SEI n.º 0003034-42.2025.6.15.8000)**

**ANEXO IX**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**

Anexo do Contrato nº \_\_\_\_\_, celebrado entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, e a empresa \_\_\_\_\_.

O(s) funcionário(s) e funcionária(s) abaixo qualificado(s) e qualificada(s) declara(m) ter pleno conhecimento do teor do Termo de Responsabilidade e Confidencialidade das Informações do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba firmado pela Empresa \_\_\_\_\_ com o TRE-PB, e assume(m) a obrigação de cumpri-lo em sua integralidade, sob pena de responsabilização, na forma da lei.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, a presente Declaração de Ciência é assinada pela(s) parte(s) declarante(s).

Identificação do(s) declarante(s)

<b>Nome</b>	<b>Identidade</b>	<b>CPF</b>	<b>Função</b>
-------------	-------------------	------------	---------------